

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Gabriela Correa da Silva

**O REGIONALISMO SUL-RIO-GRANDENSE DE ATHOS DAMASCENO  
E SUA POLÊMICA COM VARGAS NETTO (1932)**

Porto Alegre,  
2011

Gabriela Correa da Silva

**O REGIONALISMO SUL-RIO-GRANDENSE DE ATHOS DAMASCENO E SUA  
POLÊMICA COM VARGAS NETTO (1932)**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientadora: prof<sup>a</sup> Dra. Mara Cristina de Matos Rodrigues

Porto Alegre,  
2011.

Gabriela Correa da Silva

**O REGIONALISMO SUL-RIO-GRANDENSE DE ATHOS DAMASCENO E SUA  
POLÊMICA COM VARGAS NETTO (1932)**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em História.

---

Mara Cristina de Matos Rodrigues – (Orientadora) – UFRGS

---

Alessander Mário Kerber – UFRGS

---

Luiz Alberto Grijó – UFRGS

Porto Alegre, 07 dezembro de 2011.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela estrutura que viabilizou a conclusão deste curso. A propósito de identidades, esse microcosmo que compõe a UFRGS foi durante quatro anos a minha pequena pátria (e espero que continue a ser...).

À minha professora orientadora, Mara Rodrigues, a quem devo parte significativa da minha formação. Obrigada, Mara, pela acolhida como bolsista de iniciação científica, pelas palavras tranquilizadoras e pela orientação paciente e competente.

Aos meus colegas, pela amizade e pela motivação. Cresci muito a partir do convívio com todos vocês. Quero agradecer especialmente à Gabriela Zepka, ao Leonardo Peixoto, ao Eduardo Fagundes e à Thaís Assis, pelas memoráveis conversas no *Agronomia* (Gabi/Léo) e pelo aprendizado para além dos textos.

Agradeço à memória da minha bisavó, dona Lídia Fernandes, pelas lembranças que guardo de tantas coisas boas. Pelas estórias dos tesouros de guerra e do boitatá na companhia do chazinho de cidreira ao pé do fogão à lenha. Pelo amor. Por ter sido a minha Ana Terra, sempre uma fortaleza.

Às minhas queridas irmãs caçulas, Calíope e Priscila, por acreditarem na mana e por amarem mesmo à distância.

À nova irmã, Bibiana Werle. Sem dúvida, uma das melhores surpresas desse curso. Colega de aula, de quarto na Casa do Estudante, de empreitadas de estudos, de problemas e alegrias. Obrigada, Bibi, pela companhia em todas as etapas: dos estágios de docência à loucura de final de curso. Com certeza em dupla tudo ficou mais leve.

Ao Sérgio, pela paciência, compreensão e carinho. Amor, obrigada pela confiança e pelo companheirismo. Por ter tornado suportável tantas pressões. Por me segurar emocionalmente incontáveis vezes. Ah, e pela leitura final, que foi a tua provação!

Um muito obrigada também à Cinara Moura, por ter aberto as portas da Universidade para a família materna. Isso inclui um agradecimento pelo apoio no ano pré-UFRGS.

Agradeço, finalmente, aos meus pais, à minha tia Nena, e a todos os tios e primos cujos nomes não cabem nesse pequeno espaço, mas que é só uma ínfima mostra do que está no coração.

*A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente.*

Marc Bloch

## RESUMO

Este trabalho analisa a polêmica travada entre Athos Damasceno Ferreira (1902-1975) e Vargas Netto (1903-1977) acerca da produção regionalista no Rio Grande do Sul. As fontes são os artigos veiculados nos jornais porto-alegrenses *O Correio do Povo* e *A Federação*, entre junho e julho de 1932. Pertencentes ao célebre “Grupo” que reunia a intelectualidade local em torno da Livraria do Globo e dos Bares e Cafés de Porto Alegre, os polemistas são definidos aqui como *intelectuais* preocupados com a representação do Rio Grande do Sul no recente contexto de industrialização e de mudanças no comando do poder central. Os posicionamentos na contenda são compreendidos à luz do processo de ressemantização do regionalismo em voga em todo o país desde o início do século XX. Levando isso em conta, as opiniões de Damasceno em relação à identidade regional recebem maior atenção, uma vez que parecem imersas nesse processo. O debate relaciona-se ao período de questionamento do futuro da representação do homem do pampa em tempos de progresso e da inserção do intelectual sul-rio-grandense no cenário cultural nacional. A fim de esquematizar o estudo, primeiramente é apresentado o contexto do estado das primeiras décadas do século XX. Em seguida, são expostos os argumentos dos autores. A polêmica é aqui entendida como uma modalidade de investimento em prol do “enquadramento”, conforme Pollack (1992), da memória coletiva do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: sul-rio-grandense; regionalismo; identidade.

## ABSTRACT

This research examines the controversy between Athos Damasceno Ferreira (1902-1975) and Vargas Netto (1903-1977) about regionalist production in Rio Grande do Sul. The research sources are articles published in Porto Alegre newspapers *O Correio do Povo* and *A Federação*, between June and July 1932. Belonging to the famous "Group" that gathered the local intelligentsia in places like the Livraria do Globo and the Cafes and Bars porto-alegrenses, the debaters are defined here as *intellectuals* concerned with the representation of Rio Grande do Sul in the recent context of industrialization and of changes in the central power. The positions in the quarrel are understood considering the process of regionalism resignification in vogue throughout the country since the early 20th Century. Thus, Damasceno's opinions receive more attention, since they appear immersed in this process. The debate is related to a period of controversy about the future of pampa's men representation in times of progress and of the intellectual insertion by Rio Grande do Sul in the national cultural scene. The study starts presenting the Rio Grande do Sul context in the early decades of the twentieth century. Then, the author's arguments are exposed. The controversy is here understood as a form of investment in favor of "framing", accordant Pollack (1992), the collective memory of Rio Grande do Sul

Keywords: sul-rio-grandense; regionalism; identity.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
Historicizar para dessacralizar: o discurso regionalista como objeto da historiografia.....	9
1 O RIO GRANDE DO SUL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX .....	14
1.1 Industrialização e Urbanização.....	14
1.2 O regionalismo em debate .....	16
1.3 O Modernismo na Província.....	19
1.4 O “Grupo”.....	23
2 POR UM NOVO REGIONALISMO: A POLÊMICA .....	26
2.1 A Veiculação da polêmica na imprensa: O <i>Correio do Povo</i> e <i>A Federação</i> .....	26
2.2 A ressemantização do regionalismo literário.....	28
2.3 O gaúcho: “Centauro dos pampas” ou “moço da cidade”? .....	33
3 A DISPUTA PELA DEFINIÇÃO DAS “ORIGENS” DO GAÚCHO .....	40
3.1 Um <i>mergulho</i> na História .....	40
3.2 A construção da imagem do Rio Grande do Sul entre a História e a Literatura .....	43
3.3 Sul-rio-grandense: luso-brasileiro ou platino?.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	50
REFERÊNCIAS .....	52
BIBLIOGRAFIA FINAL.....	53



## INTRODUÇÃO

### Historicizar para dessacralizar: o discurso regionalista como objeto da historiografia

Para Luís Augusto Fischer (2007) Athos Damasceno foi um dos grandes escritores sul-rio-grandenses ofuscados pela notável qualidade literária de Érico Veríssimo. Parece justo, então, convidar o grande romancista para nos dizer algumas palavras sobre seu amigo *poeta*. Veríssimo (1973, p.17), ao lembrar-se de suas viagens à capital, ainda enquanto farmacêutico do interior, e de suas visitas à Livraria do Globo, rememora que “com o rabo dos olhos observava o ambiente, na esperança de que se encontrassem ali alguns dos escritores gaúchos de renome que costumava ler em livros ou nas páginas do *Correio do Povo* e do *Diário de Notícias*.” Ao avistar o *Grupo da Globo*, tentava adivinhar os nomes das fisionomias: “O tipo esguio como um punhal, rosto fino e longo, que fazia epigramas e contava estórias que provocavam o riso de todos? Athos Damasceno Ferreira.” (VERÍSSIMO, 1973, p.17). Poucos anos antes de escrever suas memórias, Veríssimo<sup>1</sup> escreveu um texto endereçado a Damasceno: “Posso imaginar dois de nossos melhores narradores, Darcy Azambuja e Cyro Martins, metidos numa bombacha, chapéus de abas largas na cabeça, ambos acocorados junto a um fogo de galpão [...]. Athos Damasceno, não. É um homem da cidade, e desta cidade de Porto Alegre que ele tão bem conhece e tanto ama.”

Partícipe do grupo de intelectuais e artistas frequentadores do antigo Café Colombo, Athos consagrou-se enquanto escritor de literatura no campo da poesia<sup>2</sup>. Apesar do destaque nesta área, teve uma obra bastante diversificada: ensaísta, cronista, sociólogo, historiador, poeta e romancista. Em 1944 o autor publicou pela primeira vez um estudo destinado à pesquisa histórica: *Jornais Críticos e Humorísticos de Porto Alegre no século XIX*, pela Editora Globo. Em 1957, tardiamente, se pensarmos que se passou mais uma década desde sua primeira publicação dedicada à História, ingressou no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). Segundo Sérgio da Costa Franco (1988), além de escritor, Damasceno também foi:

Funcionário público estadual, tendo servido nas Secretarias do interior e da Educação e Cultura. Exerceu também o jornalismo em sua mocidade, tendo sido redator da revista ilustrada *Máscara*, que se publicou na segunda e

<sup>1</sup> VERÍSSIMO, Érico. *Mensagem semafórica*. Correspondência passiva, 1968, arquivo Athos Damasceno Ferreira, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> O autor foi premiado no concurso literário do bicentenário de Porto Alegre (1940) com o livro de poesias intitulado *Porto Alegre: Imagens Sentimentais da Cidade*. (MONTEIRO, 2006).

terceira décadas do século. É homenageado na pequena Praça Athos Damasceno, do Bairro Floresta. (FRANCO, 1988, p. 172-173)

Manuel Vargas Netto, nascido em São Borja/RS em 1903, foi, além de poeta, jornalista e juiz municipal (era bacharel em Direito). Ambos os escritores, enquanto produtores de conhecimento histórico e literário, demonstram o que Nedel (2005, p.27) afirma sobre a produção dos intelectuais deste período, marcado pelo “regime de frágil distinção interdisciplinar em que atuavam.” Para Pécaut (1990, p.11) “o intelectual é aquele que se identifica e é identificado pelos outros como tal”. É nessa acepção que utilizo aqui o termo.

A estréia de Vargas na Literatura se deu com a publicação da obra *Tropilha Crioula: versos regionais* (1925). Na mesma década publicou *Gado Xucro* (1928). Segundo Vianna (2006), a temática de sua poesia recai sobre o homem do pampa e o universo da terra. Corroborando as afirmações da autora, o Dicionário da Literatura do Rio Grande do Sul traz no verbete sobre o autor:

Os motivos habituais de seus versos são a paisagem, o peão, a chinoca, o patrão, as lendas e causos campeiros, tal como no passado, mas que aqui aparecem por vezes transfigurados num viés irônico e eventualmente satírico, inédito no momento em que foi publicado. (BRASIL; MOREIRA; ZILBERMAN, 1999, p. 184)

O fato da sua produção se inserir em uma tentativa de transformação da produção do regionalismo literário em voga até então, que segundo o verbete foi alcançada em parte, não impediu o escritor de confrontar as opiniões de Damasceno quanto à necessidade de se alterar a temática regionalista. As possíveis razões do desencontro entre ambos alimentam a discussão sobre o contexto da produção regionalista de então.

Com esta monografia pretendo contribuir para a reflexão sobre a historicidade do ofício do historiador, especialmente nas suas relações com a constituição da identidade regional sul-rio-grandense. O problema que me coloco será desenvolvido necessariamente de forma limitada, uma vez que é preciso um estudo muito mais amplo que possa dar conta de toda a sua complexidade. As seguintes questões norteiam a minha análise: 1. Quais eram as reflexões dos autores sobre o regionalismo? 2. Qual deveria ser, segundo Damasceno, o papel do regionalismo nas representações do estado construídas pelos historiadores? 3. Como Damasceno considerava que se deveria representar o Rio Grande do Sul frente à nação brasileira?

A insistência com que questões relativas à cultura regional têm sido colocadas no estado é significativa, mas não há uma correspondência com a quantidade de pesquisas acerca

do fenômeno na área da História<sup>3</sup>. Um dos questionamentos mais recorrentes é a inserção particular do Rio Grande do Sul no arcabouço cultural brasileiro. Ao estudar a polêmica travada entre Athos Damasceno Ferreira e Vargas Netto sobre o regionalismo gaúcho, esta questão emerge novamente. Adianto que um dos temas do debate é a inserção da região na história da cultura nacional, que passa por uma reconfiguração da identidade regional e soma-se aos discursos de produção de nosso regionalismo.

Nesse sentido, não posso deixar de mencionar a atualidade do fenômeno regionalista como uma das motivações deste estudo. Sua persistência atual informando aspectos da vida cotidiana é flagrante e não é casual. A identidade regional gaúcha é frequentemente afagada e reivindicada na aproximação das efemérides farroupilhas, nas datas comemorativas em que o estado exerceu algum tipo de protagonismo (vide as comemorações exaustivas em torno do cinquentenário da Campanha da Legalidade) e, sobretudo, cotidianamente nos estádios de futebol. O nosso regionalismo se presta à graça, como no caso do jornal *O Bairrista*, no qual diariamente são atualizados gracejos do tipo: “Brazilian Day atrai pouco público no RS: festa dos imigrantes brasileiros não agrada população”<sup>4</sup> referindo-se ao desfile de 07 de setembro. Manifestações como esta demonstram que a construção social da identidade gaúcha é constantemente atualizada, repostada e evocada, tendo como tema recorrente a tensão entre autonomia e integração na relação com o Brasil (OLIVEN, 1992).

Como é sabido, a emergência do discurso regionalista é datada e construída historicamente. Sendo assim, a existência de uma polêmica de quase oitenta anos, que possivelmente traz elementos discutidos no século XIX<sup>5</sup>, é sintomática de um período de constituição e/ou reelaboração de discursos que são presentes ainda hoje.

A primeira metade do século XX foi marcada por uma preocupação em torno dos rumos da produção regionalista tanto nos debates realizados no Rio Grande do Sul (CORADINI, 2003; NEDEL, 2005), quanto em outros estados (ALBUQUERQUE JR., 2001). Levando isso em conta, este trabalho enfoca o posicionamento de Athos Damasceno, em razão de a polêmica ser entendida como uma defesa, por parte dele, da ressemantização do

---

<sup>3</sup> De acordo com Nedel (2007), a partir dos anos 1990 é cada vez mais raro o uso do termo *regionalismo* nos estudos históricos. Há, na área das Ciências Sociais, estudos mais específicos sobre a temática. Para maiores detalhes ver: Oliven (1992) e Maciel (1984, 2007).

<sup>4</sup> BRAZILIAN Day atrai pouco público. Festa dos imigrantes brasileiros não agrada população. *Jornal O Bairrista*, 8 set. 2011. Disponível em: <<http://obairrista.com/noticia&codigo=483>>. Acesso em: 10 set. 2011.

<sup>5</sup> Ver Lazzari (2004). O autor se propôs a reler e a interpretar a obra e a experiência de letrados rio-grandenses que pretenderam inventar e integrar tradições de identidade da sua província com os modelos de história e literatura nacional brasileira no século XIX. Lazzari também buscou mostrar “como estas ideias estiveram vinculadas a uma intensa atuação político-pedagógica e influenciaram os conflitos do início do período republicano, assim como seus impasses contribuíram para a consolidação da noção de identidade e literatura regional.” (LAZZARI, 2004, p.20)

regionalismo sul-rio-grandense. A fim de melhor apreender o objeto da discussão, a abordagem procura contemplar alguns aspectos da produção regionalista no Rio Grande do Sul da década de 1930. Sendo assim, parece ser profícuo pensar esses debates em sua dimensão regional/nacional, considerando a advertência de Rubem Oliven (1992), segundo a qual, para compreender o conceito de regionalismo é fundamental pensá-lo em relação ao conceito de nação<sup>6</sup> e o de nacionalismo.

Esta pesquisa se insere na área da historiografia, entendendo-a, junto de Guimarães (2000), como uma investigação sistemática sobre as condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado, o que pressupõe:

Reconhecer a historicidade do próprio ato de escrita da História, reconhecendo-o como inscrito num tempo e lugar. Em seguida é necessário reconhecer esta escrita como resultado de disputas entre memórias, de forma a compreendê-la como parte das lutas para dar significado ao mundo. (GUIMARÃES, 2000, p.34)

Por fim, como uma forma de justificar a eleição deste tema, entendo que a investigação da história do regionalismo pode auxiliar a dessacralizar a memória em torno dele e da representação do Rio Grande frente ao Brasil, questionando, assim, como foram socialmente construídas as imagens e narrativas sobre a identidade regional. Com isso, talvez seja possível refletir de maneira mais acertada sobre como somos retratados hoje. Albuquerque Jr (2001) é pertinente ao afirmar que a história deve debruçar-se sobre o presente, descobrindo-o como multiplicidade espaço-temporal, pensando os vários passados que se encontram em nós e os vários futuros que se pode construir:

Devemos nos debruçar criticamente sobre as formas como foram narrados os eventos históricos, não como uma representação verdadeira ou falsa do passado, mas como partícipe da invenção deste para nós. Narrativas que construíram um dado universo e uma memória, que continuam funcionando em nós e dirigindo nossos passos. (ALBUQUERQUE Jr., 2001, p. 311).

\* \* \*

Para dar conta da análise aqui proposta, este trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro deles trata de aspectos do contexto sul-rio-grandense nas primeiras décadas do

---

<sup>6</sup> Remeto aqui à formulação de Benedict Anderson (2008) segundo a qual a nação é uma *comunidade política imaginada* como sendo intrinsecamente limitada e mesmo assim, soberana. Ela é imaginada porque seus membros sabem que existem outros indivíduos que comungam com eles da mesma comunidade. Limitada porque suas fronteiras são finitas. Comunidade porque a nação é concebida como uma camaradagem horizontal, a despeito das desigualdades que possam existir dentro dela.

século XX que são relevantes para a compreensão da polêmica, tais como industrialização/urbanização, Modernismo e regionalismo.

No segundo capítulo é analisada a primeira parte da polêmica, que foi dividida em dois capítulos, respeitando uma divisão temática. Neste capítulo será inicialmente abordada a questão do jornal como fonte histórica, seguida da análise de dois eixos centrais que perpassam os artigos: a defesa de uma ressemantização do regionalismo literário sul-riograndense por Athos Damasceno e a discussão sobre o caráter urbano ou rural do gaúcho dos anos 1930.

Por fim, no capítulo terceiro, será abordada a segunda parte da contenda: a proposição de Damasceno por uma produção regionalista com ênfase na pesquisa histórica e a função que os discursos ligados à história e à literatura ocuparam em cada uma das versões. No último subitem do capítulo serão exploradas as origens que os polemistas reivindicaram, cada qual a seu modo, para a figura do gaúcho.

## 1 O RIO GRANDE DO SUL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Neste capítulo serão observados diferentes aspectos do contexto sul-rio-grandense no período que precede a polêmica, tais como industrialização/urbanização, a recepção do ideário modernista e os debates em torno do regionalismo. Por fim, será apresentado o grupo de sociabilidade dos polemistas.

### 1.1 Industrialização e Urbanização

Soares (2007) analisou a transição do Rio Grande do Sul de estado agrário-exportador para urbano-industrial, fenômeno produzido desde o final do século XIX. Segundo este autor, o projeto positivista iniciado por Júlio de Castilhos e continuado por Borges de Medeiros visava à modernização do estado em um movimento de homogeneização e difusão de um novo padrão urbano que ia além da capital e buscava atingir os principais centros urbanos do interior, para, assim, modernizar todo o estado. O autor esclarece que o conceito de *urbanização* considera o aumento da população das cidades e se relaciona a mudanças na sociedade que desencadeiam processos de modernização econômica, social e cultural.

A despeito do projeto político modernizador, nas primeiras décadas do século XX, o Rio Grande do Sul foi um estado eminentemente rural e receptor de imigrantes europeus<sup>7</sup>. Ao contrário de São Paulo, que dependia do mercado internacional, o Rio Grande do Sul, no período de 1910-1930, vendeu a outras partes da nação dois terços a três quartos dos produtos remetidos além de suas fronteiras. Os gêneros alimentícios significavam cerca de dois terços do valor total dos seus produtos exportados, de 1920 a 1930. Os rio-grandenses tinham, portanto, uma economia de bases rurais (LOVE, 1975).

Algumas iniciativas de modernização foram realizadas especialmente em Porto Alegre e nas principais cidades do interior, o que permitiu a posterior alavancagem de um processo de crescimento urbano nesses centros. Porto Alegre se beneficiou da presença de infraestruturas e monumentos diferenciados com relação às demais cidades do estado, destacando-se a Praça do Comércio, o Theatro São Pedro, a Biblioteca Pública, a escola

---

<sup>7</sup> Como é sabido, na segunda metade do século XIX o Rio Grande do Sul caracterizou-se como estado de imigração, recebendo contingentes, sobretudo de alemães e italianos. O nordeste do estado caracterizou-se por região de imigração por excelência. Nas primeiras décadas do século XX Porto Alegre recebeu número significativo de imigrantes alemães: “este contingente, formado de comerciantes, industriais, artesãos, profissionais liberais, operários qualificados, foi decisivo ao grande salto econômico, social e cultural da cidade.” (SOARES, 2007, p. 296). Por volta de 1950, cerca de 20% da população gaúcha era composta por imigrantes alemães e 10% de italianos.

Militar e a Escola Normal. Em 1900 a população da cidade chegou a 73 mil habitantes. Na década de 1940 a cidade concentrava mais de 270 mil, sendo a quinta maior cidade do país em termos populacionais. Esse crescimento refletia o surto de industrialização e o crescimento econômico ocorrido na capital nas primeiras décadas do século.

Durante a administração dos intendentos José Montauray (1897 – 1924) e Otávio Rocha (1924 – 1928), Porto Alegre passou pela modernização que seguiu o modelo das grandes reformas urbanas realizadas na transição do século XIX para o XX, que se constituiu

[...] num verdadeiro programa de obras públicas visando instalar infra-estruturas, modificar traçados de ruas, abrir novas avenidas, destruir quarteirões insalubres, enfim, dotar a cidade de equipamentos e da monumentalidade próprias de uma Cidade-Capital [...]. Igualmente prepararam a cidade para um novo ciclo de crescimento, agora não mais baseado no setor comercial, mas sim na dinâmica industrial [...]. Porto Alegre deixou de ser uma cidade estritamente política e comercial, passando a ser também industrial. Sua forma urbana refletiu essa sobreposição de espaços - tempos distintos, bem como a complexidade social e cultural que se observava na cidade que crescia, modernizava-se, industrializava-se e recebia imigrantes de diferentes partes do mundo. (SOARES, 2007, p. 295)

De acordo com Rüdiger (2007), apesar da inserção periférica do Rio Grande do Sul na economia nacional, a partir dos anos 1930 verificou-se a progressiva aceleração da vida urbana e a entrada das relações capitalistas na vida cotidiana de suas cidades principais, isto é, na Serra, no Litoral Sul e em torno de Porto Alegre. Nesse sentido, Love (1975) afirma que, ao final da Primeira República (1889-1930), a economia do estado achava-se em nítida expansão. Em termos de arrecadação estadual, em 1930 o Rio Grande estava em segundo lugar, atrás apenas de São Paulo. O crescimento econômico do Rio Grande do Sul refletiu-se em mudanças sociais significativas, sendo a mais notável delas a ampliação da margem demográfica da Serra, que passou acima das outras duas regiões. A expansão desta mudança se deveu, em grande parte, ao desenvolvimento de pequenas indústrias e a uma elevada taxa de nascimento nas áreas italianas e alemãs na região. De acordo com o autor:

Os teuto-brasileiros destacavam-se especialmente nas atividades industriais não relacionadas com ocupações pastoris [...] o charque e a erva-mate continuavam a ser dominados por luso-brasileiros, o vinho e a manteiga pelos italianos; em todos os setores restantes, os alemães tinham primazia. [...] Apesar do crescente e ativo papel da população colonial nas atividades econômicas do Estado, os colonos desempenhavam um papel menor na política. A tradicional economia de estancieiros tinha seu equivalente na vida política. (LOVE, 1975, p.139)

Parece consenso que o ano da contenda (1932) inseriu-se em uma fase de transição na economia sul-rio-grandense. Se durante a Primeira República<sup>8</sup> ela era predominantemente rural, a partir dos anos 1930, porém, a situação se reconfigurou, emergindo então uma produção urbano-industrial liderada pelos imigrantes aqui instalados desde o século XIX. Esta transformação foi sentida pelos habitantes do Rio Grande do Sul e deu as tintas de alguns discursos sobre a produção regionalista no estado.

## 1.2 O regionalismo em debate

A variedade de significados atribuídos à categoria regionalismo e sua plasticidade saltam aos olhos. Para Nedel (2007) o regionalismo projeta uma identidade<sup>9</sup> comum a sujeitos e áreas em princípio heterogêneas e, por outro lado, é ao mesmo tempo instância de mediação com a nação e mecanismo utilizado nas disputas entre a região<sup>10</sup> e as outras unidades

---

<sup>8</sup> É interessante observar a ressalva de Ângela de Castro Gomes (2010) quanto à necessidade de reflexão sobre o uso da expressão *República Velha* para fazer referência ao período, uma vez que ela “foi imaginada e propagada pelos ideólogos autoritários das décadas de 1920 a 1940, sendo divulgada e adotada, com ênfase, durante os anos do Estado Novo [...] Afinal, periodizar, nomear um tempo, é um ato de poder [...]. Por isso, chamar a atenção para o sentido dessa nomenclatura, nada ingênua, alimenta a ideia de uma revisão do período [...] força sua retomada em nova perspectiva, destacando-o, por exemplo, como um dos momentos mais ricos para o debate de ideias políticas e culturais no país. Um debate que, buscando entender e resolver o grande problema de nosso atraso indicava a necessidade de se investigar suas causas de “origem”, para então se planejar e realizar um grande projeto de “modernização”. A chamada República “Velha”, portanto, foi um tempo de intensa busca da modernidade [...]” (GOMES, 2010, p. 11)

<sup>9</sup> Considero aqui, conforme Bourdieu (2000) a *identidade* como um ato consciente de trazer à existência um grupo que passa a ter uma visão única da sua identidade e uma visão idêntica de sua unidade, ou seja, uma percepção de alteridade em relação a outros grupos sociais e de pertencimento a um grupo em especial. Este enunciado fica mais claro por meio de duas observações. A primeira delas é a de Heloísa Reichel (2000) segundo a qual “As ideias, as imagens, os valores, as atitudes ou os estereótipos descritos num texto podem expressar o conteúdo de uma identidade e atuar na construção de sentimentos de pertença e alteridade. Mas como todo o grupo tem necessidade de conhecer sua origem, aquelas representações vão desempenhar este papel tanto quanto mais estiverem compromissados da dar conhecimento das condições de nascimento do próprio grupo.” (REICHEL, 2000, p. 208). A segunda observação que auxilia na compreensão do conceito de identidade é a de Sandra Pesavento (1993). Segundo a autora, a coletividade identifica-se por uma série de atributos que a distinguem e a individualizam, uma vez que existir socialmente é ser percebido como distinto: “o processo é, ao mesmo tempo, pessoal e coletivo: cada indivíduo se define em relação a um “nós” que por sua vez se diferencia dos “outros”. A definição de uma identidade própria forma, por assim dizer, uma base de coesão social, uma corrente de identificações e significados de compreensão mútua [...]. É sob essa perspectiva que se inserem as noções de nação e região, como comunidades políticas e culturais imaginárias que respondem a esta necessidade: a de fornecerem, a uma sociedade historicamente dada, a sua identidade”. (PESAVENTO, 1993, p. 384)

<sup>10</sup> Para definir a região, é necessário pensá-la como “um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes épocas, com diferentes estilos, e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza.” (ALBUQUERQUE Jr., 1999, p. 24). Para Albuquerque Jr., a noção de região nos envia a um espaço sob domínio: [...] A região não é uma unidade que contém uma diversidade, mas é produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais, por isso, ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder. Suas fronteiras são móveis e o Estado pode ser chamado ou não a colaborar na sua sedimentação. O Estado é, na verdade, um campo de luta privilegiado para as disputas regionais. (ALBUQUERQUE Jr., 2001, p. 25-26)



políticas. O regionalismo também pode ser percebido como um campo de disputas, no qual se enfrentam grupos com diferentes posições e interesses. A definição de Bourdieu (2000) enuncia:

O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente [...] quer coletivamente [...] e que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas. (BOURDIEU, 2000, p. 124)

Albuquerque Jr. (2001), referindo-se a emergência do discurso regionalista no contexto nacional, afirma que este surgiu na segunda metade do século XIX, paralelo à construção da nação e à determinação da centralização política do império. A partir da imposição da idéia de pátria, houve grande reação nas diferentes partes do país. Este *antigo regionalismo* considerava as diferenças entre os espaços do país como um reflexo imediato da natureza, do meio e da raça. Desse modo, as diferenças de clima, vegetação e composição racial da população esclareciam a psicologia dos diferentes tipos regionais, servindo como explicação para as variações de costumes, hábitos, práticas sociais e políticas.

No início do século XX se deu o ápice<sup>11</sup> da emergência de um *novo regionalismo*<sup>11</sup>, que extrapolou as fronteiras dos estados e que buscava o agrupamento a um espaço maior. O regionalismo deste período refletia as diferentes formas de se perceber e representar o espaço nas diversas áreas do país<sup>12</sup>. Despontou uma nova forma de olhar e um novo objeto para ser visto. Emergiu aí uma nova formação discursiva: “O real parecia se decompor em mil planos que precisavam ser novamente ordenados por homens atônitos. Para isso de nada valiam as experiências acumuladas, pois tudo na cidade era novo, era chocante.” (ALBUQUERQUE Jr., 2001, p. 48).

Esta nova formação discursiva é nomeada pelo autor como *formação discursiva nacional-popular* (anos 1920) que reservava para o regional uma posição subordinada. Em

---

<sup>11</sup> Segundo Albuquerque Jr., este novo regionalismo teve como desdobramento a emergência do Regionalismo Tradicionalista, defendido e arquitetado especialmente por Gilberto Freyre. Esta nova leitura da região buscava “[...] a unidade do todo, a partir da observação profunda de suas partes fragmentadas. Ele surge das práticas políticas que levam à descoberta da região como uma arma contra a excessiva centralização política e econômica, uma reação aos processos centralizadores do desenvolvimento capitalista. Afirma-se a diversidade, embora de forma reacionária, à medida que ela reivindica a volta ao passado, ou à paralisia da história, não uma diferença criativa, inventiva, mas uma diferença conservadora” (ALBUQUERQUE Jr., 2001, p.87).

<sup>12</sup> O centro-sul, principalmente São Paulo, passava por mudanças significativas nos campos econômico e técnico, como a industrialização, a urbanização, a imigração em massa e o fim da escravidão. Além disso, as inovações trazidas pelo Modernismo se desdobraram em novas concepções acerca da sociedade, da modernização e da modernidade (ALBUQUERQUE JR., 2001).

função da crescente pressão para se conhecer a nação, formá-la e integrá-la, os diferentes discursos regionais confrontaram-se, na tentativa de fazer com que “os costumes, as crenças, as relações sociais, as práticas sociais de cada região que se institui neste momento, pudessem representar o modelo a ser generalizado para o restante do país.” (ALBUQUERQUE Jr., 2001, p. 48). Buscava-se, portanto, a imposição da hegemonia de um discurso regional localizado aos demais estados do país.

No contexto local, é sabido que o regionalismo esteve no centro do processo de formação da intelectualidade sul-rio-grandense. Atuando no Instituto Histórico e Geográfico (IHGRS), nas Faculdades de Filosofia de Porto Alegre ou na militância política, esses intelectuais criaram uma tradição escrita que trouxe consigo o Regionalismo Literário e a História Regional (NEDEL, 2005).

Em relação às tentativas de ressignificação do regionalismo sul-rio-grandense, em voga nos anos 1920, o episódio da conhecida contenda entre Moysés Vellinho<sup>13</sup> e Rubem de Barcellos<sup>14</sup> (1925) é elucidativo. O objeto da discussão foi o livro de Alcides Maya<sup>15</sup> intitulado *Ruínas Vivas*, publicado em 1910. Paulo Arinos<sup>16</sup> procedeu ao ataque a Maya, Barcellos saiu em sua defesa. Inicialmente, a divergência entre os críticos se centrava nos critérios legítimos para a representação literária da sociedade regional. Em certa sintonia com os modernistas de 1922, Vellinho criticava o saudosismo de Maya, entendendo ser esta uma atitude inadequada à abordagem do passado bem como seu estilo academicista: para representar a região, seus *verbalismos* eram inadequados. O crítico denunciava a desconformidade entre linguagem, estilo e objeto na obra de Maya e questionava a relação entre experiência e expectativa que deveria ser de esperança, e não de destruição<sup>17</sup>.

<sup>13</sup> Moysés Vellinho foi um influente intelectual e historiador autodidata sul-rio-grandense. Atuou de forma expressiva nas principais discussões sobre literatura, sociologia, política e história e foi membro do IHGRS, ingressando em 1949 nessa instituição. Produziu crítica literária paralelamente a ensaios histórico-sociológicos. Ver Rodrigues, 2006, p. 14.

<sup>14</sup> Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, crítico literário, sociólogo e historiador e personagem respeitado da intelectualidade local. Ibid, p. 36.

<sup>15</sup> Um dos mais reconhecidos escritores sul-rio-grandenses de seu tempo, Maya nasceu no município de São Gabriel, em 1877 e faleceu em 1944, no Rio de Janeiro. Foi figura atuante na política partidária estadual, escritor, crítico literário e membro da Academia Brasileira de Letras. Em 1910 publicou sua obra mais célebre, *Ruínas Vivas*, e deu continuidade à temática em *Tapera* (1911). Ibid, p. 36.

<sup>16</sup> Pseudônimo utilizado por Moysés Vellinho.

<sup>17</sup> Para Arinos a literatura deveria fornecer uma ilusão de realidade, uma vez que defendia a produção de uma literatura realista. Esta concepção realista da literatura “remete à crença de que se poderia, através da análise científica do real, chegar a uma expressão de adequação entre o texto e a realidade” (RODRIGUES, 2006, p. 40). Tal posição foi frequente a partir de 1930 e tem seu início no século XIX, quando da influência dos postulados cientificistas na escrita e na crítica literária, em reação ao idealismo do romantismo. Mara Rodrigues (2006) relaciona a pretensão de Vellinho ao propor uma representação da terra natal tal como ela era, com a concepção *rankiana* de escrita da história: ao historiador caberia apenas registrar a realidade passada como ela aconteceu. Damasceno nos parece igualmente tributário de tais concepções epistemológicas, ainda que não conscientemente.

O principal da discussão para a compreensão do contexto de desenvolvimento da polêmica entre Damasceno e Vargas Netto, está no fato de que se conclui daí que “estava em debate, portanto, a presença de continuidades e descontinuidades na história e como ambas, ao serem constatadas, deveriam ser classificadas, conceituadas”. (RODRIGUES, 2006, p. 46). Damasceno, em seu tempo, esteve inserido neste debate e sua concepção de regionalismo esteve associada à constatação de quais eram as permanências e rupturas com relação ao passado e como elas estavam ou deveriam ser classificadas. Outro aspecto da polêmica que merece destaque para a análise proposta centra-se no fato de que já aparece nestes textos um tema que posteriormente assumiu maior importância no discurso de Vellinho, no de Érico Veríssimo e no de outros contemporâneos de Athos: a defesa de uma identidade regional associada à modernização e à intelectualização. A polêmica e seu impacto nas letras locais demonstram a centralidade das discussões em torno do regionalismo na literatura e na atividade intelectual local.

### **1.3 O Modernismo na Província**

De acordo com Nicolazzi (2008), no contexto intelectual brasileiro das primeiras décadas do século XX havia uma sensação de desordem temporal e um lapso de tempo entre sociedade e história. Profundas diferenças e lapsos de tempo separavam a cultura brasileira da civilização ocidental. Passado e futuro coexistiam de maneira caótica no presente. Progresso e tradição coabitavam em estruturas sociais arcaicas. É nessa atmosfera, de certa maneira angustiante, que surge o modernismo.

Para Eduardo Jardim de Moraes (1988) o projeto modernista visava compatibilizar moderno e nacional e apresentar o moderno como necessariamente nacional. Contudo, existia a noção (sobretudo a partir de 1924, na segunda fase do movimento) de que a modernização da cultura só se viabilizaria se estivesse assentada em tradições nacionais caracterizadas como populares. Segundo o autor, a modernização era percebida como atualização do Brasil em relação às “nações civilizadas”, o que não a afasta da tradição<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Especialmente a partir de 1924, instaura-se a divergência entre os diferentes grupos modernistas sobre como se chegaria ao modelo da nação brasileira. Segundo Oliven (1993), o movimento modernista de 1922 surgido em São Paulo recusava o pressuposto da região como ponto de partida para a representação da nação. O grupo integrado por Mário de Andrade entendia que por meio do nacional chegariam ao universal. Defendesse a “eliminação” das partes em favor do conjunto. O regionalismo é tido como limitação criativa e ligado ao particularismo político. A reação vem com a elaboração do Manifesto Regionalista de Recife (1926). O que Freyre e seus companheiros afirmam é que a única maneira de ser nacional, num país com as dimensões do Brasil, é ser regional. O modelo “verde-amarelo” (Menotti del Pichia e Cassiano Ricardo) e a gauchesca sul-

A partir de então, intensifica-se a cruzada em busca da *check-list*<sup>19</sup> identitária da nação. Thiesse (2002, 1995) aponta, para o caso francês, a construção da identidade nacional atrelada à redefinição das identidades locais, como características secundárias, subordinadas à “grande pátria”. Sendo assim, houve uma homologia entre os processos de elaboração das identidades nacionais e locais<sup>20</sup>. Em relação à constituição de uma lista identitária para a nação, no Brasil o caso se deu de maneira análoga. Para Nedel (2005)

As alteridades internas ao país serão, desde aí, subdivididas em novas categorias de ligação entre povo e território, que especificam e, por vezes, cruzam-se com a mais antiga e mais abrangente oposição interior x litoral, presente em *Os Sertões*. Neste novo contexto, a posição limite do Rio Grande tem seu estatuto redimensionado pelas utilidades e significações associadas ao *regionalismo*. A noção se impõe no centro do sistema de criação literária, manejada pela atuação de intelectuais agrupados em “rodas” ramificadas pelo interior e exterior de suas respectivas *províncias*, em luta por fazer dos valores da terra itens legítimos de exportação (universalidade) da “cultura brasileira”. (NEDEL, 2005, p. 91)

No Rio Grande do Sul, a Semana de Arte Moderna de 1922 desencadeou uma série de debates e polêmicas acerca de temas como brasilidade, regionalismo e arte moderna, bem como sobre o papel do intelectual sul-rio-grandense ante a modernização (VIANNA, 2006). O futuro identitário do homem do pampa em tempos de progresso estava em questão. Segundo Lígia Chiappini Leite (1978), na década de 1920 havia um projeto explícito de renovação da produção regionalista entre a intelectualidade sul-rio-grandense. O projeto renovador decorreu, em grande parte, das formulações do “Grupo da Globo”, influenciados pela penetração do Modernismo no estado<sup>21</sup>. Apesar da escassez de uma produção local que possa

---

rio-grandense, bem como o modelo nordestino, operam na exaltação do passado e da província (NEDEL, 2005).

<sup>19</sup> Para a autora, esta *check-list* identitária é a matriz de todas as representações de uma nação e nela consta: “ancestrais fundadores, uma história que estabeleça a continuidade da nação através das vicissitudes da história, uma galeria de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, lugares de memória, uma paisagem típica, um folclore [...]” (THIESSE, 2002, p. 7).

<sup>20</sup> Dessa forma, o regionalismo francês do século XX reforçava a *grande pátria*, se colocando como um complemento à nação, e não em oposição a ela. Contribuiu, assim, para a manutenção da unidade nacional e atuou na consciência nacional como elemento de consenso (THIESSE, 1995).

<sup>21</sup> A partir da análise dos principais livros de contos publicados por volta de 1925 e da comparação entre Simões Lopes Neto (modelo a ser seguido) e Alcides Maya (modelo a superar), Chiappini (1978) pôde constatar o “fracasso” quase total, na prática, na proposição de um regionalismo renovado. Vale considerar aqui que a análise da autora se pauta pelo ponto de vista da estética literária. Nesse sentido, desconsiderar *a priori* a inexistência do Modernismo no estado em uma análise histórica seria perder parte das possibilidades de compreensão do período. No aspecto qualitativo, percebeu-se a proximidade dessa nova produção com o regionalismo tradicional da década anterior. Quanto ao quantitativo, constatou-se uma pobreza de obras representativas da produção ficcional do grupo. Com exceção do livro *No Galpão*, de Darcy Azambuja, as demais obras eram de autores antimodernistas ou que nada tinham a ver com o Modernismo. Para a autora, os escritores locais receberam um Modernismo já diluído, o verde-amarelo, que ia ao encontro do “canto apoteótico da terra e da raça”, tão ao gosto dos regionalistas. Os escritores regionais ainda estavam apegados à velha tradição regionalista, o que é perceptível a partir da análise de algumas obras que indicam a

ser classificada como modernista do ponto de vista estético, o que importa reter do fenômeno aqui observado pela autora é que “O Modernismo foi responsável em grande parte por um clima propício à incrementação do Regionalismo e por uma releitura da tradição (com a consequente redescoberta de Simões Lopes Neto)”. (LEITE; 1978, p.21).

A década de 1920 no Rio Grande do Sul foi um tempo em que as produções culturais e intelectuais sul-rio-grandenses estavam afirmando seu espaço no sistema literário brasileiro. Os primórdios da Editora do Globo,<sup>22</sup> responsável pela publicação desta produção, datam desta época.

Dilamar Jahn (2005) pesquisou de que forma a imprensa jornalística de Porto Alegre recebeu e debateu a questão da nacionalidade e a literatura contemporânea entre 1922 e 1937. Assim, a partir de 1924, quando os textos da segunda fase modernista passaram a circular pela imprensa sul-rio-grandense, verifica-se uma crescente consideração dos postulados das vanguardas européias, inextricavelmente conjugados aos do modernismo brasileiro. Segundo o autor, houve adesão mais ou menos explícita, mas também crítica e rejeição categórica. O debate sobre a literatura moderna/modernista entrelaçava-se ao debate sobre a questão nacional. Um exemplo do que observa Dilamar sobre o comportamento da imprensa está no artigo que Athos (1931) publicou na Revista do Globo intitulado: “Graça Aranha e o Movimento Modernista Brasileiro”. A preocupação do autor era de afirmar que Graça Aranha não pertencia

à ala extrema da renovação literária brasileira e que são, sem grupo nem escolas, (pelo menos sem essa preocupação) os srs. Mário de Andrade, Alcântara Machado, Raul Bopp, Manoel Bandeira, Oswald de Andrade, Carlos Drummond, Augusto Meyer e tantos outros [...]. Graça Aranha ficou

---

sobreposição do local ao universal, do campo à cidade, da descrição à narração; a ocorrência da humanização dos objetos, animais e/ou elementos da natureza bem como a *paisagização* do homem. Por fim, o conceito mítico de heroísmo perpassa todos os textos regionalistas analisados pela autora, configurando-se em um *código narrativo comum* e uma mensagem padrão por ele veiculada, qual seja, o mito do gaúcho herói. Para Chiappini, a presença do Modernismo no Rio Grande do Sul é verdadeira quanto aos fatos verificados: a constituição de um grupo que reunia os escritores, a criação de uma revista e de uma página literária no Diário de Notícias e o envolvimento em discussões de ideias de vanguarda e em polêmicas. Quanto às obras produzidas, porém, sua presença não é propriamente verdadeira.

<sup>22</sup> Odaci Coradini (2003) analisou a institucionalização da produção cultural no estado de 1920-1960. Para tanto, pensou o contexto de fundação da *Revista do Globo* (1929) e da *Revista Província de São Pedro* (1945-57). A primeira contribui para o fortalecimento da aliança entre os rivais históricos chamados “maragatos” (federalistas) e “chimangos” (republicanos), visando à formação de uma nova “unidade de referência”, mais centrada no conjunto da região por oposição ao Brasil, então objeto de “gauchização”. A *Província* (1945-57), por sua vez, foi fundada num contexto de relativo distanciamento dos intelectuais vinculados à Editora Globo no que toca à política. Neste momento iniciou-se um esforço de redefinição do regionalismo. A *Província de São Pedro* tinha um programa regionalista que seria uma contraposição ao antigo regionalismo “saudosista”. O que estava em questão não era mais “gauchizar” o Brasil e sim pleitear o lugar dos intelectuais da província no contexto nacional.

só, porque no que era, apesar de toda a sua profunda e até comovedora simpatia pela obra de renovação intelectual do Brasil, não logrou atualizar-se, não conseguiu libertar-se totalmente do passado, não pode apagar do seu mundo interior, os vincos indelévels de toda uma cultura exótica, em que se fixou e estratificou a sua formação espiritual. (DAMASCENO FERREIRA, 1931, p. 3)

Estava em discussão, portanto, no Rio Grande do Sul, o movimento modernista paulista. Interessante observar a inserção, a partir da classificação de Damasceno, de dois gaúchos, Raul Bopp e Augusto Meyer, entre os citados como “ala extrema da renovação literária brasileira”.

A existência de revistas dedicadas a discussões sobre Literatura compõe o cenário da capital do estado nos anos 1920. Athos Damasceno Ferreira foi membro do corpo editorial (redator secretário) da Revista *Máscara* (1918-1928). O posicionamento da revista era de *flirte* e desconfiança com relação ao “futurismo paulista”. Ao comentar a visita de Guilherme de Almeida<sup>23</sup> ao Rio Grande, em artigo do editorial, a revista se posiciona: “exageraram, mas foi uma rajada renovadora na poesia nacional”.<sup>24</sup>

A Revista *Madrugada* (1926) foi outro periódico no qual apareceram discussões decorrentes da Semana de 1922. Órgão do grupo modernista porto-alegrense, a revista teve breve duração: de setembro a dezembro de 1926. Augusto Meyer foi seu redator chefe. Apesar de se propor a ser uma revista modernista, *Madrugada* reunia textos de diferentes autores, desde Augusto Meyer até o simbolista<sup>25</sup> Eduardo Guimarães.

Nedel (2005) afirma que neste contexto a produção escrita como um todo explorava a posição limítrofe da região da campanha. Os historiadores, particularmente, se especializaram

<sup>23</sup> Poeta modernista (1890-1969). Membro da academia Brasileira de Letras a partir de 1930. Em 1922, participou da Semana de Arte Moderna, tendo sido um dos fundadores da revista *Klaxon*. Percorreu o Brasil, difundindo as idéias da renovação artística e literária, através de conferências e artigos, adotando a linha nacionalista do Modernismo, segundo a tese de que a poesia brasileira “deve ser de exportação e não de importação”. Os seus livros *Meu e Raça* (1925) exprimem essa orientação temática. Ver: *Guilherme de Almeida*. Academia Brasileira de Letras > Acadêmicos. Acesso em out./2011. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=186>

<sup>24</sup> “Que fazer, então, das nossas pitorescas aldeias coloniais?” *Revista Máscara*, set. de 1925. A revista não tem numeração de páginas.

<sup>25</sup> O simbolismo teve origens na literatura anglo-germânica e adquiriu valor doutrinário na França com a publicação de *As Flores do Mal* (1857), de Baudelaire. Os poetas simbolistas assumiram atitude oposta ao positivismo característico do desenvolvimento tecnológico do final do século XIX, entregando-se ao culto do exótico, do mistério, da linguagem pura e sinestésica como fuga à realidade sem sentido. Em oposição à tradição parnasiana, o Simbolismo não se prendeu à expectativa do público, mas se propôs a formá-lo, moldando o que acreditava ser um leitor de qualidade e habilitando-o a usufruir textos dotados de efeitos simbólicos e inovadores. Constituiu-se, assim, em proposta estética que continha um ideário ético. No Rio Grande do Sul, seus representantes mais destacados foram Eduardo Guimarães, Álvaro Moreyra, Felipe D’Oliveira, Marcelo Gama, Alceu Wamosy e Zeferino Brasil: “os simbolistas gaúchos marcaram-se por sua preocupação ética, mas, ao mesmo tempo, por inaugurarem nova tradição na literatura sul-rio-grandense, ao buscar temas e imagens universais que rompam com a tradição regionalizante.” (BRASIL; MOREIRA; ZILBERMAN, 1999, p. 170-171).

em reivindicar a filiação luso-brasileira do gaúcho, vinculando-o à progênie tropeirista de paulistas e lagunistas. A fundação tardia do representante local dos Institutos Históricos, bem como a escolha de realçar a reconhecida participação das elites locais nos quadros do exército brasileiro, revelava uma estratégia específica de enfrentamento da concorrência com outras regiões, que também vinham tratando de ocupar seus espaços dentro da memória nacional. Fundado definitivamente às vésperas do centenário da independência (1921), o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul apareceu com a missão de integrar o estado no calendário das efemérides nacionais, acabando por promover a memória farroupilha na passagem do seu centenário, tratando, daí por diante, de arquivar as teses separatistas da revolução elaboradas no decênio anterior<sup>26</sup>.

#### 1.4 O “Grupo”

À tardinha no Café Colombo<sup>27</sup> e durante a madrugada nos velhos bares da cidade, assim o “Grupo” dividia seu tempo disponível. É dessa forma que Paulo de Gouvêa (1976) lembra da geração de escritores, da qual fez parte, nos anos 1920. Os bares eram sobretudo O Zitter Franz<sup>28</sup>, o Eduardo<sup>29</sup>, o Antonello<sup>30</sup> e o Chalé da Praça XV.<sup>31</sup> Athos Damasceno e Vargas Netto também dividiam as mesas do Café Colombo em meio a chopes e poemas. Gouvêa assim elenca os companheiros de noitadas literárias:

Atente-se, simplesmente, para estes nomes e veja-se se, em alguma época, reuniu o Rio Grande um grupo assim tão grande, em qualidade e em número: Augusto Meyer, Érico Veríssimo, Moysés Vellinho, Viana Moog, Darci Azambuja, Vargas Neto, Theodemiro Tostes, Paulo Corrêa Lopes, Carlos Dantes de Moraes, Athos Damasceno Ferreira, Dionélio Machado, Pedro Wayne, Ernani Fornari, Miranda Neto e, citado por último já que seu

<sup>26</sup> Desde a década de 1920, em preúncio às comemorações do centenário farroupilha, houve uma preocupação em marcar seu caráter não-separatista, a fim de afirmar a brasilidade do Rio Grande e de seus habitantes (OLIVEN, 1992). Gutfreind (1998) também menciona que a historiografia sulina, sobretudo após a fundação do IHGRGS (1920), privilegiava sentimentos de nacionalidade e brasilidade no Rio Grande do Sul.

<sup>27</sup> O Café Colombo estava localizado na esquina das ruas General Câmara e Andradadas.

<sup>28</sup> Inicialmente o Bar localizava-se na Rua da Praia, quase à esquina da Dr. Flores. De acordo com Gouvêa, Zitter Franz, o proprietário, era um “alemão cem por cento”.

<sup>29</sup> Outro bar tipicamente alemão: “quase esquina com a Voluntários da Pátria, onde havia uns canecões de louça para chope com capacidade de um litro, desapareceu bem depois dos outros, tal como o “Zum Franziskaner” e o “Breustübel” (GOUVÊA, 1976, p. 21)

<sup>30</sup> Ficava na Rua da Praia, esquina da Gal. Câmara com a Uruguai.

<sup>31</sup> “Seu dono era o Fritz. À direita, logo na entrada, num pequeno estrado, a orquestra de, apenas, três músicos: o Heinz Bietenhader, suíço do Cantão alemão, o “Petizo”, primeiro e único violinista que a língua indócil do Heinz chamava de “Petizo”, e o “seu” Moreira, no violoncelo. Terminado o número musical, Heinz vinha para a nossa mesa e, quase sempre, fechado o Chalé, saía com a turma, de que era tão amigo como era do chope, rumo ao Eduardo, ou a outro qualquer bar que estivesse aberto depois da meia-noite”. (GOUVÊA, 1976, p. 21)

primeiro livro foi publicado muitos anos depois, esse poeta admirável que é Mário Quintana. [...] Tendo o grupo ainda como companheiros mais assíduos, Sotero Cosme, Francis Pelicheck, Joaquim Guerreiro e, nas suas raras vindas ao Sul, Raul Bopp. (GOUVÊA, 1976, p. 14-15)

A maioria dos que compunham o “Grupo” era os “escritores novos” do Rio Grande do Sul. Theodemiro Tostes (1989), em suas memórias, afirma que o órgão de imprensa dos novos escritores foi a página literária do *Diário de Notícias*, surgida em 1927.

A editora Globo era a responsável pela publicação dos livros do “Grupo” e mais um espaço de sociabilidade. Na sala de Mansueto Bernardi, seu diretor, os companheiros de geração de Tostes “assinavam o ponto” no fim da tarde. Depois disso, geralmente se reuniam em frente da vitrina principal da editora, o que não era visto com bons olhos pelo proprietário da Livraria: “Contava-se até que o velho Bertaso, homem prático mas galhofeiro, costumava queixar-se daquele grupinho de escritores que, além de dar prejuízos com as edições de seus livros, ainda lhe tapava a vitrina, impedindo que os outros livros fossem vistos pelas pessoas que passavam na rua.” (TOSTES, 1989, p. 90).

Em frente à Globo ou nos bares da cidade, o “Grupo” designava pejorativamente aqueles transeuntes que andavam armados pelo centro da cidade sob a alcunha de “netos de farroupilhas”. Eram os “valentões”: “ingênuos tradicionalistas que cultivavam e tentavam repetir certos heroísmos ultrapassados” (TOSTES, 1989, p. 121).

O “Grupo” me parece ser um caso de *lugar social* ao qual Athos Damasceno e Vargas Netto estiveram vinculados. De acordo com a teorização clássica de Certeau (1982), é necessário atentar à particularidade do *lugar* de onde se fala quando se analisa um texto histórico, encarando a história como uma *operação*, o que significa que devemos compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura)<sup>32</sup>. Para o autor, um estudo particular é definido pela relação que mantém com os contemporâneos e com as problemáticas exploradas pelo grupo e os pontos estratégicos que a constituem. Considerar o *lugar*, portanto, permite compreender o estudo histórico “mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma ‘realidade’ passada.” (CERTEAU, 1982, p.73). Sendo assim, cabe indagar quais eram as permissões e interdições inerentes a estes lugares.

---

<sup>32</sup> Para Certeau (1982), cada lugar de onde o discurso do historiador se articula possui as *leis* do meio, que realizam interdições no trabalho do historiador. Antes de saber o que a história enquanto disciplina *diz* de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. A função do lugar é tornar possíveis certas pesquisas, em função de conjunturas e problemáticas comuns, e impossibilitar outras.



Sabendo que ambos os polemistas frequentaram o convívio do “Grupo”, parece ser difícil compreender como assumiram posições tão divergentes em relação ao presente e o futuro do estado. Talvez uma possível resposta para a existência da polêmica seja a divergência, no grupo de sociabilidade dos autores, em relação ao ideário modernista.

Nos escritos de Gouvêa (1976), Tostes (1989) e Veríssimo (1968), contemporâneos de Athos e Netto, a presença do modernismo paulista no estado é um ponto de discórdia. Paulo de Gouvea faz questão de assegurar sua inexistência, curiosamente baseando-se mais na dissertação de Lígia Chiappini Leite, de 1972, do que em suas memórias. Theodemiro Tostes, por sua vez, não é tão enfático. Inclusive menciona as discussões que o modernismo suscitava nos jornais locais e nas rodas literárias. Ponto comum em ambos os escritos de memória, contudo, é uma divisão entre os que receberam o movimento com entusiasmo e aqueles que questionavam o seu radicalismo inicial. Érico Veríssimo (1968), por fim, afirma o reverberar da Semana Arte Moderna de 1922 no “Grupo”, tendo sido ele sua “cabeça-de-ponta” no estado.

Como vimos, Moraes (1988) afirma que no movimento modernista paulista a modernização era percebida como atualização do Brasil em relação às “nações civilizadas”, o que não a afasta da tradição. Sendo assim, no caso do posicionamento de Damasceno na polêmica<sup>33</sup>, como veremos adiante, talvez possamos compreender que a defesa de uma representação de um Rio Grande do Sul modernizado seja uma apropriação entusiástica deste aspecto do movimento paulista. Em Vargas Netto, ao contrário, o ideário modernista contribuiu para reforçar a tradição em oposição à modernização como elemento a ser incluído na construção da imagem do estado. Dessa forma, é possível tratar a divergência e torná-la inteligível enquanto elemento inerente ao próprio grupo dos polemistas.

Assim, a *permissão* inerente ao célebre “Grupo” era a discussão das ideias de renovação literária, visto que a maior parte dos intelectuais dos anos 1920 e 1930 discutiram essas novidades, mas o *como* elas foram apropriadas é variável conforme o autor. O que não era compartilhado pelo grupo – a *interdição* intrínseca a ele – era negar a tradição. Na expressão de Fischer (1998), os escritores gaúchos estiveram “ressentidos e condenados ao heroísmo”. O heroísmo presente na imagem do gaúcho produzida pelos escritores, como sabemos, vinculou-se à representação do estado atrelada ao viés da tradição que poucos ousaram abandonar verdadeiramente. Mas isso é assunto para o próximo capítulo.

---

<sup>33</sup> É importante destacar aqui que estou me referindo aos artigos da polêmica enquanto textos históricos. Não busco inferir as correntes às quais os autores se assemelharam durante suas produções em âmbito literário, até porque Athos Damasceno, enquanto *poeta* foi um reconhecido *simbolista*. Ver Fischer (1998).

## 2 POR UM NOVO REGIONALISMO: A POLÊMICA

O debate entre os autores motivou a publicação de oito artigos. Quatro deles de autoria de Athos Damasceno Ferreira, publicados no *Correio do Povo*, e outros quatro de Vargas Netto veiculados no jornal *A Federação*. Para fins de análise, os artigos foram organizados em duas partes, a partir de uma divisão temática. Neste capítulo (primeira parte da polêmica) será inicialmente abordada a questão do jornal como fonte histórica (2.1), seguida da análise de dois eixos centrais que perpassam os artigos: a defesa de uma ressemantização do regionalismo literário sul-rio-grandense por Athos Damasceno (2.2) e a discussão sobre o caráter urbano ou rural do gaúcho dos anos 1930 (2.3).

### 2.1 A Veiculação da polêmica na imprensa: O *Correio do Povo* e *A Federação*

Segundo Le Goff (1990), o novo documento, alargado para além dos textos tradicionais e transformado em dado, deve ser tratado como um documento/monumento. Esta perspectiva remete à subjetividade e à intencionalidade com as quais devemos lidar ao utilizar as fontes da pesquisa. Todo o documento, portanto, é suporte de prática social e fala de um lugar social e de um determinado tempo. Sendo assim, é necessário “desconfiar” das fontes, lançando-lhes um olhar crítico e contextualizando corretamente o documento com que se vai trabalhar (Bacellar, 2005).

O uso do jornal como fonte histórica leva à necessidade de reconhecimento da sua especificidade. Conforme Cruz e Peixoto (2007), a imprensa deve ser entendida através de suas relações com a sociedade, uma vez que ela “[...] articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro”. (p. 259)

A partir destas advertências para o uso da imprensa como fonte histórica, é importante procurar relacionar os artigos da polêmica aos projetos editoriais sob os quais se articulam os jornais aqui utilizados. Seções como os editoriais denotam uma articulação específica das temáticas ali veiculadas ao projeto gráfico/editorial do jornal (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Sendo assim, cabe perguntar: por que os artigos de Damasceno, veiculados pelo *Correio*, tiveram as réplicas publicadas em *A federação*? Para buscar um possível caminho para responder estas perguntas, é interessante esboçar uma breve apresentação destes jornais.

O sergipano Francisco Vieira Caldas Júnior fundou o *Correio do Povo*<sup>34</sup>, em 1895, na tentativa de oferecer um jornal “apolítico” aos leitores gaúchos. Uma de suas marcas foi demonstrar apoio e participação nas atividades culturais do estado.

Nos anos 1920, o *Correio do Povo* era um dos principais meios de inserção da estética modernista no sistema literário da província: “era através destes jornais que Augusto Meyer, Athos Damasceno Ferreira, Ernani Fornari e outros poetas e intelectuais da província expunham seus poemas, suas idéias sobre estética e posicionamentos ideológicos.” (VIANNA, p. 20). O jornal era o principal veículo de aproximação entre o autor e o público-leitor. Theodemiro Tostes, referindo-se à geração de 1920, afirma: “O jornal, entre outras coisas, é um campo de treinamento literário. [...] A nossa turma sentiu o jornal. Morou no jornal. Gozou o jornal.” (TOSTES, 1989, p.89). Entre 1957-58, Athos Damasceno veiculou artigos de pesquisa histórica no *Correio* (MARTINS, 1978).

O jornal *A Federação*, por seu turno, foi fundado em 1884 para ser o porta-voz do Partido Republicano Rio-grandense, e teve entre seus idealizadores Júlio de Castilhos. Quando da sua fundação, a linha editorial era antimonarquista, federalista e abolicionista. Em 1937 encerrou suas atividades. Manteve grandes disputas com o *Correio do Povo*. Segundo Dillemburg, *A federação* é considerado o continuador das ideias farroupilhas, com ênfase no suposto republicanismo de 1835. Em 1930, Vargas Netto tinha uma seção de crítica Literária no *A Federação* (MARTINS, 1978). O escritor também era sobrinho de Getúlio Vargas, que vencera a presidência do estado pelo PRR em 1928, tendo sido apoiado por Borges de Medeiros (GRIJÓ, 2010, p. 179).

A ligação entre as afinidades ideológicas de Damasceno e Vargas Netto com os jornais por meio dos quais tornaram públicos seus textos parece mais bem elucidada quando se leva em conta duas opiniões de contemporâneos de Damasceno em relação a seu “perfil político”. Netto, na polêmica, acusa o autor de ter “horror a entreveros” (NETTO, 1932c, p. 2). Veríssimo (1968), posteriormente, o corrobora:

Em matéria de política, Damasceno e eu estamos quase em permanente desacordo. Sei que meu amigo não aprova as minhas intromissões e tomadas de posição nesse terreno perigoso e movediço. Só espero que ele compreenda que, embora trilhando caminhos diferentes, buscamos ambos a mesma cidade, isto é, o burgo ideal onde o homem possa viver com liberdade e dignidade, livre, tanto quanto possível, do temor da fome, da polícia e da guerra. (VERÍSSIMO, 1968, sem página).

<sup>34</sup> Segundo publicação do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa (2005), em 1984 a empresa Caldas Júnior passou por grave crise financeira e o jornal foi fechado. Porém, dois anos depois a companhia foi readquirida por outro empresário e o jornal voltou a ser editado. Sobre o assunto da falência do *Correio do Povo* ver Machado (1987).

Minha hipótese é de que Damasceno esteve mais alinhado ao *Correio do Povo* em razão de buscar uma suposta “neutralidade” política. Evidentemente que com isso não quero sugerir que o escritor fora neutro, da mesma forma que seria uma temeridade afirmar que o jornal o foi efetivamente. Vargas Netto, por sua vez, tinha afinidades ideológicas explícitas o bastante com o Partido Republicano Rio-Grandense (seria deputado federal) para concluirmos seu alinhamento ao jornal de maneira quase “automática”.

## 2.2 A ressemantização do regionalismo literário

Devo ser sincero, eu não acredito muito no nosso regionalismo, sobretudo na poesia regionalista [...]. Ainda não consegui me compenetrar bem da “viva realidade” que essas obras pretendem refletir [...]. Infeliz repetição de cenas, na maioria escassas de verdade, o mesmo amor pelo pingo, a mesma chinoca abandonada no rancho, a mesma sovada tapera ao lado da qual nunca falta a sombra amorosa de um sovadíssimo umbu e, coroando toda essa lamentável semsaboria, as balacas irritantes de desarticulados e inexpressivos gaúchos a estadear valentias a frente dos bolichos – peço licença para voltar a página e ir espiarescer na janela... (DAMASCENO FERREIRA, 1932a, p. 3)

É neste tom que Athos Damasceno iniciou o primeiro texto da série<sup>35</sup> que originou a polêmica. No início do seu texto lança a crítica que tem maior força na sua escrita: a de que a literatura regionalista não era mais o reflexo da “realidade viva”. Sendo assim, a necessidade de renová-la/ressemantizá-la era latente. Além do mais, qualquer “polaco, japonês, ou egípcio”, utilizando a linguagem de Roque Callage<sup>36</sup>, poderia escrever um conto ou um poema gaúcho:

O trabalho (e será engenhoso...) consistirá apenas em imaginar uma tapera isolada no topo de uma coxilha e, em seguida, ir juntando, a torto e à direito, palavras como estas: sinuelo, guapo, tranqüilo, canha, alambrado – ou expressões assim: - flor de china, egate bicho, indiosito sarado, etc. Está aí a receita. E não tem sido outra, desgraçadamente, a nossa literatura regionalista, nesses últimos tempos... (DAMASCENO FERREIRA, 1932a, p. 3)

<sup>35</sup> DAMASCENO FERREIRA, Athos. “Regionalismo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29 de jun., 1932, editoriais, p. 3.

<sup>36</sup> De acordo com o dicionário de literatura do Rio Grande do Sul, Roque Callage (1888-1931) foi um dos escritores mais característicos que o regionalismo sulino produziu. Suas obras mais importantes são: *Terra Gaúcha* (1914), *Rincão* (1921), *Quero-quero* (1927) e *No Fogão do gaúcho* (1929). Sua narrativa demonstra a presença dos padrões dominantes no âmbito da prosa de ficção regionalista, cujas características essenciais são: o paisagismo, a exploração da imagem do centauro na identificação do gaúcho, a exaltação dos tributos morais do gaúcho-herói, a oposição temporal entre passado e presente, em que o primeiro é sempre revestido de positividade, enquanto o segundo tem como marca a negatividade, bem como a primazia do espaço da Campanha sobre os demais, sempre vistos negativamente. Ver Brasil; Moreira; Zilberman (p.162-163, 1999).

A necessidade de se escrever sobre a cidade, que refletiria o que era o gaúcho na década de 1930, é uma das marcas de sua argumentação e motivou a réplica de Netto. Também se faz presente a crítica ao regionalismo literário sul-rio-grandense de uma maneira geral, permeado por verbalismos e que tinha como objeto apenas a região da Campanha gaúcha. As questões decorrentes da incipiente industrialização e urbanização do estado aparecem na defesa de uma literatura da Zona colonial<sup>37</sup>. De acordo com o autor:

[...] o Rio Grande já não é mais simplesmente um vasto campo de criação de gado. Possuímos uma ampla zona colonial, onde homens de outras raças, de outros climas, trabalham, sofrem, lutam conosco pelo progresso do estado e onde se descobrem e se encontram os mais altos e sedutores motivos de beleza à espera de quem os interprete...

Agita-se a porção mais numerosa da nossa população em cidades modernas e movimentadas onde os dramas mais intensos, as tragédias mais perturbantes, as conquistas mais audaciosas, estão aí todos os dias a inspirar obras marcantes e de larga repercussão...

Por que, então, vamos viver aferrados a um regionalismo saudosista, que já está inteiramente esgotado, que não é mais a nossa expressão, que já não representa mais nada no complexo do nosso ambiente social e moral?

Será que somos irreconhecíveis de outro modo, que os nossos traços diferenciais de povo quase definido estão mais nas boleadeiras e nos tentos do que em nós mesmos? Será possível que, se amanhã tivermos de apresentar-nos fora daqui, na França, no Indostão ou no inferno, teremos de levar um petiço a cabresto, à maneira de ficha de identidade ou credenciais acreditadas? (DAMASCENO FERREIRA, 1932a, p. 3)

A presença do imigrante no Rio Grande do Sul associada ao progresso do estado parece ter instigado o frequentador dos Bares e Cafés porto-alegrenses – em sua maioria propriedades de imigrantes alemães e italianos. É interessante observar algumas semelhanças entre o “moço da cidade”, Athos Damasceno, e um conhecido personagem de ficção criado por Érico Veríssimo na trilogia *O Tempo e o Vento* (1946-1962). A presença dos imigrantes no estado também fascinou Rodrigo Terra Cambará. Para Chiappini (2000), na célebre trilogia Veríssimo aponta a existência de dois tipos ideais presentes no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX: o *Campo* e a *Cidade*. Rodrigo Cambará, o bisneto, pode ser compreendido como representante da *cidade* que às vezes pende para o *campo*<sup>38</sup>.

<sup>37</sup> Nesse sentido é interessante observar as ligações pessoais do autor com o escritor Ernani Fornari, autor de *Trem da Serra*: poema da região colonial italiana (1928), que tinha por objeto o imigrante europeu estabelecido no Rio Grande (VIANNA, 2006). No livro de memórias de Paulo de Gouvêa, ao narrar seu primeiro encontro com o “Grupo”, no Café Colombo, o autor lembra: “Athos e Fornari, inseparáveis que sempre foram, deixaram o Colombo e, juntos, iniciaram mais uma noite costumeira” (GOUVÊA, 1976, p. 27)

<sup>38</sup> Para Chiappini, o confronto cidade-campo, novo-velho, civilização-barbárie, cultura-natureza, atraso-progresso, percorre o livro todo e se expressa seja na descrição do espaço, “seja no comportamento e caracterização das personagens, expandindo-se da primeira oposição entre o Angico e Santa Fé, a casa da

Ao verificar as transformações pelas quais passava Santa Fé, sua cidade natal, por volta de 1910, Rodrigo observa que o comércio da cidade já dava mostras da presença do imigrante, como o alemão Schitzler, dono da confeitaria do mesmo nome. Único restaurante da cidade, o estabelecimento alemão agradava Rodrigo porque “cheirava a estrangeiro”. O imigrante, para Rodrigo, era a civilização<sup>39</sup>. Ao passo que é possível pensar se para Damasceno, de modo semelhante, representar os imigrantes nas letras locais não seria uma forma de atualizar o Rio Grande do Sul, como para somar esforços a fim de incluir o estado na modernidade.

Conforme Chiappini (2000), desde a volta de Rodrigo a Santa Fé (ele havia se afastado para estudar medicina em Porto Alegre), vamos acompanhando seus esforços para modernizar, *guardando o que a tradição trouxe de bom*. Isso vale para a cidade e para o Sobrado, reformado, mas conservando o relógio de pêndulo e os móveis antigos. Sobre a transformação da personagem após a aquisição de instrução formal na capital, a autora afirma:

O homem que volta a Santa Fé de trem traz o sangue e o nome do bisavô, mas é também “o primeiro Cambará letrado na história da família; o primeiro a vestir um smoking e a ler e falar francês”. Sua arma, agora, seria a palavra como ressaltou Leenhardt, mas sem perder o penacho, como analisou Sandra Pesavento. (CHIAPPINI, 2000, p. 60)

É importante atentarmos à relação desse fenômeno com a emergência do processo de condenação social quanto ao recurso à violência física (como forma de resolução de disputas) perceptível no Rio Grande do Sul desde o final do século XIX até os anos 1930. Conforme Grijó (2010), a partir de então a violência se deslocou para determinado tipo de produção histórica cada vez mais vinculada à ideia de bravura dos antepassados guerreiros. Um fator destacado que colaborou para a efetivação desse “processo civilizatório” foi o aumento da oferta de estabelecimentos de ensino e o advento de instituições voltadas ao ensino superior, tais como a Faculdade de Direito. Assim: “Com o tempo e pelo efeito das várias transformações que o estado passou nas primeiras décadas do século XX, se foi desenrolando um processo civilizador marcado pela tradição bacharelesca brasileira que afetou as condutas e os modos de ver o mundo correntes.” (GRIJÓ, 2010, p. 182). Nesse sentido podem ser

---

estância e o Sobrado, para Santa Fé e Porto Alegre, Porto Alegre-Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-Paris, sem apresentar-se de modo fixo, mas volta e meia confundindo e problematizando os pólos opostos numa tensão ambígua e, por isso mesmo, crítica.” (CHIAPPINI, 2000, p. 61)

<sup>39</sup> Isso é perceptível quando a austríaca Tony Weber é percebida por Rodrigo como símbolo da cultura e do cosmopolitismo: “Toni era a Europa. Não tinha apenas vinte anos, mas dois mil, ao passo que ali no rio Grande, em matéria de arte e cultura, estava-se ainda numa idade da pedra lascada” (VERÍSSIMO, 1963, p. 517 apud CHIAPPINI, 2000, p. 69). Ver Chiappini (2000).

compreendidas as opiniões de Damasceno, para quem, no Rio Grande do Sul de 1932, era necessário afirmar a existência dos intelectuais urbanizados. No entanto, essa intelectualidade que fazia troça dos “netos de farroupilhas” não parece ter proposto um rompimento radical em relação às tradições e glórias de seus bisavôs. Continuariam “peleando” sim, mas agora com a palavra. Não é, portanto, uma radicalização na forma de representar o estado que o autor propõe. Isso fica claro nesta passagem:

Uma coisa é fazer regionalismo, mantendo tradições respeitáveis e nobres da raça, exaltando um passado que foi glorioso, garantindo, pela arte pura e legítima, um patrimônio que temos o dever de conservar e defender contra a ação do tempo [...]. Mas isto é obra rara, como se sabe. (DAMASCENO FERREIRA, 1932a, p. 3)

Outro aspecto fundamental da polêmica é a disputa para definir o que era (ou deveria ser) a literatura regionalista. Para Damasceno (1932b, p.3) seria aquela que abarcasse diversas regiões do estado: “Literatura de região, aquela que poderia refletir tanto a nossa campanha quanto o nosso litoral, tanto as cidades como a zona colonial, essa entre nós nunca foi enquadrada no Regionalismo propriamente dito”. Para o autor, apesar de tudo isso estar dentro do Rio Grande e ser parte integrante de sua vida “aquela literatura que chamamos “regionalista” é a que pinta, exclusivamente, a nossa campanha.” (p.3)

Em relação à suposta necessidade de se escrever sobre a cidade e as colônias de imigrantes, Vargas Netto afirma sua contrariedade:

Que cada um se arranje com as unhas que tem! Seria o mesmo absurdo que, se os *regionalistas* quisessem obrigar os poetas da cidade e das colônias a abandonarem as suas zonas, e irem cantar os campos que não lhes produzem emoção! Não, cada macaco no seu galho! Depois, o Rio Grande do Sul não está nem nesta nem naquela zona, é o conjunto! Que a nossa literatura seja o concerto de todas as vozes. Cada um dá o que tem! (NETTO, 1932b, p.2, grifo meu)

Neste ponto da discussão fica clara uma das controvérsias centrais. Ambos concordam quanto à necessidade de que a escrita sobre cada região do estado tivesse seu espaço na produção de ficção, mas Damasceno queria que fosse *regionalista* toda a literatura, inclusive da cidade e da colônia. Netto, obviamente, admite que haja todo o tipo de produção, mas aquela que canta a vida rural é que é *regionalista*. O embate, em suma, é para determinar o que é o regionalismo no Rio Grande do Sul e quais os elementos que definiriam a região.

Damasceno e Vargas Netto travaram uma luta simbólica<sup>40</sup> para fazer ver e crer em um determinado discurso sobre o regionalismo. O que está em questão é a definição do Rio Grande do Sul frente ao Brasil. Para Athos Damasceno, a imagem da região diante do país deveria ser de *locus* do incipiente progresso, da “civilização” e dos intelectuais. Netto, por sua vez, entendia que o estado deveria ser representado como a parte brava e heróica no todo da nação, características estas balizadas pelo passado guerreiro de lutas, marcado pela relação muitas vezes conflituosa com o poder central – para ele, apenas uma estratégia defensiva. Assim pode ser entendida sua preocupação em expor as origens históricas do regionalismo gaúcho:

A política sempre madrasta da Metrópole, forjou a década homérica de 35, quando a Pátria maior precisou dos nossos soldados, para combater no Prata. [...] Essas foram as bases e os motivos do nosso regionalismo, que cravou as raízes na história sem pedir a ninguém. Hoje não é apenas uma flor da tradição e da legenda, porque é um sentimento profundo da alma popular. A quem cabe a culpa? A nós certamente não! Cabe talvez à conspiração dos fatos e dos pequenos acasos, que aconteceram o nosso “determinismo histórico” [...]. O nosso regionalismo histórico, político e geográfico é toda a vida do nosso povo [...] não é agressivo nem orgulhoso. Não insulta nem despreza ninguém. A nossa aristocracia é a da coragem e do despreendimento pessoal! Os nossos instintos bélicos *não foram inventados por nós. São um produto do meio e da necessidade premente das circunstâncias especiais.* Assim se formou o sub-solo da alma do nosso povo [...]. O que precisamos frisar é que o povo do “Continente” sempre foi valente e generoso. Nunca foi um turbulento agitador da vida nacional. Nunca provocou lutas estéreis. Agiu sempre em legítima defesa! Prudente, destemido e leal... (NETTO, 1932b, p. 2, grifos meus)

Sem se ocupar das diferenças entre a parte e o todo, Damasceno procura marcar a proximidade do estado em relação à nação. Desse modo, a renovação da literatura regional seria uma forma de o Rio Grande integrar o coro nacional em busca das características da cultura brasileira (pensada a partir da interpretação das características presentes nas diversas regiões), visto que o *espírito que delimita as pátrias e caracteriza as raças* não aparecia na maior parte da produção ficcional de então:

Se, com duas ou três tiras de papel, crivadas de vocábulos gauchescos, presumimos que estamos vivendo e fazendo viver a alma coletiva do Rio Grande, supomos que estamos interpretando a sua feição geográfica, a sua destinação histórica, a sua fisionomia moral – o erro é grande!  
Evitemos a ilusão. Porque, nas obras regionalistas destes últimos anos, o que há é palavra e mais palavra. O *espírito*, o sentido, aquele sopro

<sup>40</sup> Para Bourdieu (2000), lutas acerca da identidade regional são *lutas de classificação*, isto é, lutas por fazer ver e crer. Quando se impõe ao conjunto do grupo, essas lutas “realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo” (BOURDIEU, 2000, p.113).



forte de vida, aquele traço *que distingue os homens e abre o sulco das fronteiras, delimitando as pátrias e caracterizando as raças*, tudo isso passa de largo e voa longe... (DAMASCENO FERREIRA, 1932a, p. 3, grifos meus)

As diferentes opções nas argumentações de ambos sugerem que se situam em percepções de tempo diversas. Por um lado, poderíamos classificá-los, com o risco de limitá-los, entre os dois processos narrados por Albuquerque Jr. (2001): o que se inspira na cidade de Porto Alegre, representaria o *novo regionalismo*, o outro, que canta o pampa, seria a expressão do *antigo regionalismo*. Ocorre, contudo, que ambos se inserem em um mesmo tempo: o contexto de ressignificação da produção regionalista e de reconstituição de um discurso<sup>41</sup> para a representação da região. Participam, como agentes, de lutas simbólicas individuais e coletivas que visam a definição do regionalismo sul-rio-grandense (BOURDIEU, 2000).

Por outro lado, outro fator a ser considerado para compreender as diferentes representações que ambos propõem pode estar relacionado aos públicos aos quais os polemistas se dirigem a partir dos jornais em que escrevem. Possivelmente os dois jornais deviam se preocupar com os potenciais leitores de todo o Brasil. O público leitor de *A federação*, no entanto, pode ter sido mais circunscrito ao estado devido à sua função primordial, qual seja, a de cooptar eleitores no âmbito local. Daí a larga aceitabilidade<sup>42</sup> dos argumentos de Vargas Netto e a preocupação em pensar o regionalismo associado ao passado guerreiro como elemento altamente positivo nas representações do estado.

### 2.3 O gaúcho: “Centauro dos pampas” ou “moço da cidade”?

Segundo Letícia Nedel<sup>43</sup> há uma espécie de defasagem entre o que se julgava ser a função social da classe letrada no Rio Grande do Sul, isto é, o exercício da pedagogia cívica, e as pretensões de ascensão e de reconhecimento intelectual acalentadas pelas elites culturais.

<sup>41</sup> A contribuição de Foucault enriquece a reflexão sobre a relação entre o discurso de Damasceno e seus objetivos: “O discurso [...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, 1999, p. 10)

<sup>42</sup> Refiro-me à repercussão da polêmica nas páginas da *Federação*, observável por meio do artigo de José Barros de Vasconcellos (1932), trovador e advogado público. No texto “Regionalismo ou gauchismo?” o leitor/autor critica Damasceno por atacar o que ele entende por “gauchismo”: a tradição, os costumes do gaúcho. “O regionalismo se modificará na forma, porém a essência continuará a mesma, porque a tradição jamais se quebra [...]” (VASCONCELLOS, 1932, p.3)

<sup>43</sup> Texto apresentado à mesa “Especificidades do Sul”, no X Encontro Estadual de História – ANPUH-RS, realizado na UFSM, em julho de 2010. Não publicado.

Para a autora, o privilégio dado no Rio Grande à paisagem rural, ao tempo das guerras e revoluções e ao tipo ideal do centauro guerreiro e libertário, casa mal com o cosmopolitismo distintivo dos intelectuais, que muitas vezes deram vazão a um sentimento de verdadeiro desterro na província. Essa contradição entre vocação guerreira e civilidade letrada que aparece claramente entre os escritos das primeiras décadas do século surge também na polêmica aqui analisada. Sua materialização se dá nas divergências quanto à caracterização do gaúcho: para um, eterno centauro, para outro, um recente moço da cidade.

Um dos destaques dos textos de Netto (1932a) é a defesa dos poetas que cantam a região da Campanha em detrimento dos poetas “urbanos”. O polemista desautoriza Damasceno para depor sobre as condições “gauchescas” no interior do estado, uma vez que ele, enquanto moço da cidade, nada saberia sobre a vida da Campanha. Netto, nascido em São Borja, poderia sim dar um válido testemunho sobre o caso. Expondo seu posicionamento com relação aos “poetas da cidade”, o autor afirma:

Como você pode querer que um poeta, que nasceu no campo e ama a campanha, faça versos sobre o “bas-fond” da cidade?! Um homem que vive ao ar livre e dorme cedo não canta vida de cabaret, ou serenatas de negros, ou batuques que nunca assistiu, no areal da baronesa ou da ilha...

Os poetas campestres são mais sinceros e leais. Os poetas urbanos vivem de influências, como no Brasil viviam dos poetas franceses e italianos, à custa dos simbolistas e românticos de Paris. [...] Talentos duvidosos que [...] corrompem a poesia são todos da cidade, onde todo mundo faz versos: o barbeiro, o caixeiro da venda, o dono do armazém, os negros da fuzarca, os malandros de toda a espécie.

Na cidade [...] o funcionário público vagabundo faz versos para se distrair e assim por diante. (NETTO, 1932a, p. 2)

Damasceno (1932a) reafirma que não acredita no regionalismo gaúcho e menos ainda na poesia regionalista que, sendo mais frequente, seria mais perigosa. A escrita do primeiro artigo da polêmica se justifica após a leitura do livro “Campos de Areia”, de Nogueira Leiria.<sup>44</sup> Athos conclui sugerindo a Leiria que

[...] dê os seus aperos ao moleque da fazenda. E que se toque para a cidade, onde encontrará, para os seus futuros livros, assuntos virgens, atuais, que refletem bem o que somos hoje e o que, felizmente, ainda não foram totalmente desmoralizados por talentos duvidosos... (DAMASCENO FERREIRA, 1932a, p. 3)

<sup>44</sup> Nogueira Leiria publicou em 1932 seu primeiro livro, *Campos de areia: poesia crioula*, obra editada pela Livraria do Globo, sendo dedicado a seu pai e aos amigos Antero Marques, Aureliano de Figueiredo Pinto e Cyro Martins; composta por 36 versos, divididos em duas partes: “Escaramuças” e “Ao tranco”. Ver: *João Otávio Nogueira Leiria*. Espaço de documentação e memória cultural, Delfos, PUCRS. Disponível em: <http://www.pucrs.br/delfos/?p=leiria>

O “encerramento da literatura regionalista” como vinha sendo praticada até então é fundamentado principalmente pela “tendência da industrialização generalizada” no Rio Grande do Sul dos anos 1930 e pela difusão do ensino primário (DAMASCENO FERREIRA, 1932c, p.3). Para Athos, a literatura regionalista sul-rio-grandense não havia feito até então nada mais do que fixar tipos que já não nos representavam mais, e de

[...] narrar lances e fatos que já não podem ter lugar no Rio Grande, porque as nossas circunstâncias de meio e condições sociais mudaram, e descrever costumes, hábitos, ocupações que, na sua maior parte, já desapareceram – só se pode concluir que esta literatura está, necessariamente, encerrada: - *porque deixou de ser o reflexo da realidade viva* para ser, apenas, uma evocação do passado, transformando-se numa literatura sem clima, desgarrada no tempo, moribunda, apesar do óleo corporado das palavras. (DAMASCENO FERREIRA, 1932c, p. 3, grifo meu)

O autor cita a obra de Alcides Maya, *Ruínas Vivas*, para comprovar que a vida da Campanha não era mais do que um resto do passado, que tendia a desaparecer. A obra demonstraria que, “estando em escombros os pagos de outros tempos, só há dois recursos para as gerações novas: – ou ficar na saudade que conforta, mas aniquila, ou romper pela porta do olvido que leva para as surpresas do futuro.” (DAMASCENO FERREIRA, 1932c, p.3). Acerca da latente diferença do presente em relação ao passado, Damasceno afirma:

Não digo que no Rio Grande do Sul não exista mais nenhuma fazenda à maneira antiga, [...] onde ainda os únicos meios de transporte conhecidos são os cavalos e as carretas, apesar das distâncias poderem ser abreviadas pela velocidade dos trens, dos automóveis e dos aviões. [...] O que digo é que esse aspecto do Rio Grande já teve os seus escritores. *Que ele é um resto do passado que contrasta, violentamente, com o progresso vertiginoso da hora presente.* Que hoje já não somos mais aquilo. E que, por esta razão, a literatura que reflete aquele estado de coisas é uma literatura encerrada. Aferrar-se a ela, insistir na sua continuação, é fazer obra velha, cansada, sem originalidade nem vigor. E mais ainda – é realizar, através de uma obra de saudade, uma contrafação do Rio Grande atual, com os incalculáveis prejuízos que decorrem para nós da apresentação de um quadro de incultura e atraso material, em flagrante contradição com a realidade geral. (DAMASCENO FERREIRA, 1932c, p.3, grifos meus)

Nesta altura da polêmica é possível propor algumas reflexões sobre o conceito de história em Damasceno, a partir das reflexões de Koselleck (2006). A história parece ser entendida pelo polemista como *processo* e sujeita ao *progresso*. Segundo Koselleck, na era moderna a diferença entre experiência e expectativa<sup>45</sup> aumentou progressivamente, tendo as

---

<sup>45</sup> Conforme Koselleck (2006), experiência e expectativa, como categorias históricas, são adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico “pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se

expectativas se distanciando cada vez mais das experiências feitas até então. Este processo foi o que possibilitou concebermos a modernidade como um tempo novo. Foi o momento do advento de um novo horizonte de expectativa, que tomou forma com o conceito de *progresso* (final do século XVIII). Desde então, a história passou a ser entendida como um processo de contínuo e crescente aperfeiçoamento, apreensível a partir da análise de conceitos que carregam expectativas e propõem um rompimento com a experiência até então. São conceitos de pura expectativa.

A hipótese aqui é que a concepção de história de Damasceno esteve afetada pelo fenômeno narrado pelo teórico alemão, concentrando no conceito de regionalismo uma nova carga semântica, em conformidade com as expectativas que visava efetivar. Um novo regionalismo poderia carregar expectativas de um futuro diferente: uma produção não mais alinhada ao que se escrevera até aquele período sobre a região. Para Damasceno, a literatura regionalista praticada então era um resquício do passado que contrastava com o progresso do presente de sua escrita: o progresso que advinha da urbanização e industrialização às quais o estado se encaminhava desnudava um *espaço de experiência* diverso. A Revolução de 1930,<sup>46</sup> por sua vez, contribuiu para alterar o horizonte de expectativa desta geração. Nesse sentido, Love (1975) aponta que, com a tomada do poder central em 1930, se deu uma progressiva perda de prestígio do regionalismo político<sup>47</sup>, tendo o ápice dessa queda se materializado em 1937, com a célebre cerimônia de queima das bandeiras dos estados. A mudança de experiência ocorrida a partir de 1930 pode ser apontada como uma possível motivação para a intensificação da renovação conceitual do regionalismo – uma vez que, como vimos, esse processo parece ter começado anteriormente.

Evoluir, para Athos Damasceno, era superar um discurso identitário para o Rio Grande exclusivamente ligado ao campo, que enfatizava as diferenças em relação ao Brasil. Cabia agora afirmar as semelhanças.<sup>48</sup> A opção por criar uma ideia de região que integrasse o Rio Grande do Sul ao Brasil era a opção pelo progresso, para progredir com o Brasil. O autor

---

tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.” (KOSELLECK, 1993, p. 308)

<sup>46</sup> A tomada do poder central por Getúlio Vargas em 1930 foi motivada pela derrota da Aliança Liberal (coalizão das oligarquias dissidentes lideradas por Vargas e João Pessoa) para o candidato Júlio Prestes, indicado pelo governo, nas eleições presidenciais de 1929. De acordo com Love (1975) enquanto padrão de comportamento político o regionalismo declinou depois de 1930, quando novas linhas divisórias apareceram na política brasileira. A “questão social” passou a ressaltar-se na década de 1930, em parte pelos índices acelerados de urbanização e industrialização.

<sup>47</sup> Joseph Love (1975) propõe o entendimento do regionalismo gaúcho (1882-1930) como sendo “um comportamento político que aceita a existência de um Estado Nação mais amplo, mas que procura o favoritismo econômico e o patronato político da unidade política maior, ainda que sob o risco de comprometer o próprio sistema político.” (p. 115).

<sup>48</sup> Ver (OLIVEN, 1992) e Gutfreind (1998).

passou a buscar na história a legitimação para a forma como entendia o estado. Desse modo, a constituição de uma representação pautada no progresso para a região passa pela afirmação dos seus intelectuais e pela integração do estado ao Brasil. Em relação aos escritores demasiado presos ao passado o autor afirma:

Alguns deles estão muito presos ainda ao passado que lhes aparece aos olhos, doirado pelo prestígio de certas lendas. Mas é preciso que regressemos à realidade. *Já não somos mais centauros*. Nem podemos mais pelear nos entreveros, a facão, pelego e lança. Metralhadora não é brinquedo de criança. Granada não é foguete da China. Também o nosso ciclo heróico está fechado. [...] Agora a nossa vida é outra. Não devemos desprezá-la em favor da do passado, porque proceder assim é confessar a fraqueza e a incapacidade do presente... (DAMASCENO FERREIRA, 1932c, p.3, grifos meus)

Novamente, é interessante cotejar as considerações de Athos sobre a realidade urbanizada do Rio Grande do Sul à relação entre campo e cidade na obra *O Retrato* de Érico Veríssimo. Lígia Chiappini Leite (2000) pensou estas questões por meio da descrição dos personagens Rodrigo Cambará e Toríbio, ambos irmãos e bisnetos do Rodrigo Cambará, o qual lutara na Guerra dos Farrapos. De acordo com a autora, Rodrigo queria entrar firme no século XX e explica ao irmão – um adepto da vida campeira – que o mundo de seu pai “está morrendo”:

Para ele, Toríbio é “um bárbaro [...] um representante de um Rio Grande que tende a desaparecer, “um Rio Grande que vive em torno do boi e do cavalo, heróico, sim, não há dúvida, mas selvagem, retardatário” (Veríssimo, 1963, p. 108). Define-se “pela manutenção das tradições de honra e coragem” de sua terra, mas também “pelo progresso”. E prevê a substituição do cavalo pelo automóvel. (CHIAPPINI, 2000, p. 64)

Para Érico, Rodrigo e Toríbio eram duas possibilidades diferentes de retratar o Rio Grande do Sul. Eram os dois tipos ideais já mencionados aqui: o do campo e o da cidade. Aproximando das fontes que aqui analiso, o tipo ideal representado por Rodrigo é análogo às ideias de Athos Damasceno. Atentando à visibilidade dada pelo autor às ideias da “cidade”, é plausível pensar que Veríssimo não tinha a intenção de negar a tradição e a história, mas tal como Athos, pensava os tempos heroicos como esgotados enquanto elemento principal para a representação do estado, compreendendo a necessidade de eleger outros objetos. Aí estão as *interdições* que eu mencionava no capítulo anterior. Até mesmo Érico, que buscava através de sua trilogia, segundo ele próprio, alcançar a *desmitificação do passado sul-rio-grandense*<sup>49</sup>, reforçou o heroísmo sempre presente na tradição das escritas sobre o estado. Não se cogitava

<sup>49</sup> Sobre as pretensões de Érico com o *Tempo e o Vento* ver Rodrigues (2006).

a negação do passado glorioso e este pressuposto fazia parte do *lugar social* dos intelectuais da primeira metade do século XX.

A novidade na abordagem de Érico, Athos e outros escritores urbanos em relação ao passado do Rio Grande do Sul era uma noção de ruptura com o passado, enquanto os regionalistas tradicionais queriam afirmar a continuidade com o passado e sua presença viva no presente. A ruptura deve ser entendida como a busca pelo encerramento de uma representação associada à *memória*: buscavam tratar do passado como decorrido, como objeto de *história* – mas era um passado glorificado ainda assim. Aqueles vinculados à representação do estado associado ao tipo ideal do campo tratavam esse passado como objeto de *memória*, na medida que ela é uma maneira de fazer viver o passado no presente. Assim pode ser entendida a contestação de Netto (1932c) às considerações de Athos sobre não sermos mais “centauros”, invocando os exemplos de 1923<sup>50</sup> e da Coluna Prestes<sup>51</sup>:

Quanto a isso de afirmar que o nosso ciclo heróico está encerrado, é tolice. Ninguém pode afirmar essa sentença. Em 1922 também diziam que não haveria mais revoluções no Rio Grande. E veio 23, e depois todas as outras! Nos combates de 23 o gaúcho se mostrou o mesmo, em tudo. Mas os meninos da cidade continuaram a dizer que não haveria mais o gaúcho nem o espírito de outrora. Chegou 1924 e uma gauchada atrevida, quase nua faminta, atravessou o Brasil de baixo a cima e vice-versa, peleando até a estribo quando se acabava a munição e eles precisavam tomá-la ao inimigo, a pata de cavalo e a gritos. (NETTO, 1932c, p. 2)

Foi suprimida a evolução cronológica rumo a 1930, mas ela parece estar nas entrelinhas. Talvez não seja descabido pensar em uma possível correlação entre Athos/Escritores urbanos/Modernismo paulista e Vargas Netto/Regionalismo ligado ao campo/Tradicionalismo de Recife no tocante às representações entre a *história* e a *memória*. Ao referir-se ao regionalismo tradicionalista de G. Freyre, Albuquerque Jr. (2001, p. 81) afirma que a ênfase na *memória* por parte dos tradicionalistas nasce da vontade de prolongar o

<sup>50</sup> Conforme Joseph Love (1973), em 1923 a oposição a Borges de Medeiros (governador do Rio Grande do Sul) se organizou em torno da Aliança Libertadora, liderada por Assis Brasil. Com a declaração de revolta civil, houve a intervenção do presidente Arthur Bernardes, que reformulou as medidas políticas adotadas até então. Os “libertadores” obtiveram a limitação da autoridade de Borges, representante do Partido Republicano Rio-grandense, partido que exercia o comando do estado há mais de duas décadas. Os governadores não podiam mais exercer mandatos consecutivos e os aspectos positivistas da constituição local que permitiam ao governador apontar seu vice foram suprimidos. O término do conflito se deu com a assinatura do pacto de Pedras Altas.

<sup>51</sup> A atuação da *coluna Prestes* iniciou em 1924 e durou dois anos e meio. O movimento, que se caracterizou pelo deslocamento dos rebeldes pelo interior do país, começou sua marcha na Cidade de Santo Ângelo (RS, Missões) e tinha por objetivo depor Arthur Bernardes e criar um poder que emergisse do interior do país. Foi a primeira revolta tenentista no Brasil. (LOVE, 1975, p.227)

passado para o presente, e, quem sabe, fazer dele também o futuro: “Eles abominam a história, por ela estabelecer uma cisão entre as temporalidades. A descoberta da historicidade de todas as coisas e, portanto, o seu caráter passageiro e mutável é que provoca este sentimento de angústia.” No tocante às diferenças do Modernismo paulista com o Tradicionalismo de Recife, o autor compreende o Nordeste como a região da *memória* e São Paulo enquanto o lugar da *história*, do passar do tempo.

Parece então que Vargas Netto buscou prolongar o passado para o presente a fim de afirmar um futuro. O futuro de um Brasil “gauchizado”? Para Albuquerque Jr., o regionalismo emergente do século XX buscava impor sua hegemonia aos demais estados da federação. Uma hipótese que pode ser aqui levantada é a de que o regionalismo advogado por Netto associou-se a esse processo.

### 3 A DISPUTA PELA DEFINIÇÃO DAS “ORIGENS” DO GAÚCHO

Neste capítulo será abordada a segunda parte da contenda: a proposição de Damasceno por uma produção regionalista com ênfase na pesquisa histórica (3.1) e a função que a história e a literatura ocuparam em cada uma das versões (3.2). Por fim, serão exploradas as origens que cada um dos polemistas reivindicou para a figura do gaúcho (3.3).

#### 3.1 Um mergulho na História

Com o que temos lido até aqui em relação aos posicionamentos na polêmica pode surgir alguma suspeita de que Athos Damasceno, ao criticar a maneira de ser regional até 1932 no Rio Grande do Sul estaria negando o regionalismo glorificador do passado da região. Equivocamo-nos. A alternativa que o autor oferece é um deslocamento do regionalismo literário ao regionalismo histórico. Para ele, a literatura deveria representar as características do gaúcho do presente de sua escrita, enquanto que caberia à história a legitimidade para representar o gaúcho do passado. No segundo artigo publicado<sup>52</sup>, Damasceno (1932b) inicia afirmando que o regionalismo no Rio Grande do Sul deixou de ser um caso meramente literário. De acordo com o autor:

Deixou de ser um caso meramente literário para interessar e implicar outros problemas que precisamos resolver *definindo a nossa posição claramente em relação ao Brasil* [...]. É necessário examiná-lo com cuidado, corrigindo-lhe os excessos, separando as ideias boas das más, aproveitando o que ele pode dar de útil e construtivo, condenando nele o que é pueril, o que é falso, o que é superficial e danoso. Devem interessar-se nos debates que ele suscita os estudiosos, os homens habilitados ao exame sereno e consciente das ideias, os homens que, nesta altura da nossa história, inteirados das *responsabilidades graves que tanto pesam sobre os nossos ombros* começam a sentir necessidade de encarar os fatos brasileiros com propriedade e equilíbrio. (DAMASCENO FERREIRA, 1932b, p. 3, grifos meu)

Nesta afirmação é possível perceber desdobramentos da concepção damasceana do regionalismo bem como sua ideia de representação do Rio Grande do Sul frente ao Brasil. Para o autor, a definição da posição da intelectualidade local para com a temática regionalista era definidora da posição desse grupo no cenário cultural nacional.

Um dos aspectos mais destacados por Athos é a necessidade de que seus contemporâneos abandonem o regionalismo que produzia trabalhos de “ficção pura” e

<sup>52</sup> FERREIRA, Athos Damasceno. Regionalismo I. Correio do Povo, Porto Alegre, 7 jul. 1932, p. 3.



“literatura de saudade” para, então, se dedicarem à investigação do passado da região: “Para que se possa fazer alguma coisa, no sentido de uma ressurreição do passado, *precisamos libertar-nos das palavras, mergulhando fundo na sua história.*” (DAMASCENO FERREIRA, 1932b, p.3, grifo meu).

Esta constatação da necessidade de um mergulho na história nos parece bem elucidada por Albuquerque Júnior (2001) ao se referir aos discursos da nacionalidade. De acordo com o autor, nas décadas de 1920 e 1930, a partir da emergência da formação discursiva nacional-popular e o rompimento que esta implica com a visão naturalista de espaço, a identidade da nação deixou de ser procurada na natureza, no meio, na raça, para ser buscada na história. A partir de então, os discursos passam a remeter à idéia de evolução, mudança e crescimento do organismo nacional. Nesse período, ocorre uma enxurrada de publicações cujo objetivo é a interpretação do Brasil tendo a história como paradigma<sup>53</sup>. Parece-me que a opinião de Athos quanto à produção regionalista exemplifica o processo observado por Albuquerque Jr.

Acerca da “literatura de verbalismo” Damasceno (1932b) cita dois exemplos expressivos: Manuel Duarte e Clemenciano Barnasque, enfatizando o quão relevantes seriam os trabalhos que poderiam produzir na área da história. Sendo assim, tomando a realidade do gaúcho por “urbanizada e industrializada”, só restaria uma alternativa, a da pesquisa histórica:

Só há um meio de voltarmos ao passado, sem arriscar-nos a cair no lugar-comum, na repetição e na cópia, por falta de fontes de inspiração direta, de remoção espiritual e de clima próprio para a expansão das ideias-forças: - é libertando-nos das palavras e mergulhando fundo na nossa história. Tarefa formidável terá de ser esta. E já está sendo [...]. A atividade do nosso Instituto Histórico e Geográfico [...] por vários exemplares já impressos de sua excelente revista. Inúmeras outras obras de história, desde a narrativa dos “Muckers”, do padre Schüpp, até a biografia de Castilhos feita pela pena brilhante de Othelo Rosa, *estão aí para nos mostrar que não temos outro caminho a seguir, em relação ao passado, senão o de procurar ressuscitá-lo através da meditação, do estudo e do exame de seus documentos.* Daí, termos de passar para a crítica histórica e para a interpretação filosófica dos fatos. E então veremos que muitos feitos, que nos pareciam gloriosos, foram funestos para nós. E que muitos heróis vão perder o excessivo relevo que lhes deu uma literatura de incondicional e exagerada exaltação dos homens e das coisas... Essas lições edificam. (DAMASCENO FERREIRA, 1932c, p.3, grifos meus)

<sup>53</sup> Para o autor, essas publicações nascem da “imposição do dispositivo das nacionalidades, de se buscar explicar o país através de seu passado. Ao mesmo tempo, são obras que significam uma tomada de posição em relação a este passado e a este momento em que são escritas e visualizam um futuro para o país”. Para maiores detalhes ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A Moldura das nacionalidades: a construção imaginária da nação brasileira no século XX*. Último acesso em out. de 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/index2.htm>. p. 10.

Buscar na história do estado a desmitificação dos heróis, como já apontado, foi o projeto de Érico Veríssimo mais de uma década depois da polêmica. Percebe-se, também, que a noção de *veracidade* inerente aos documentos estava em voga no período. Em seu penúltimo artigo, Netto (1932c) questiona Damasceno quanto à inclusão da história na discussão:

O meu amigo Damasceno faz uma manobra inepta quando mistura os trabalhos dos historiadores gaúchos e a plêiade do Instituto Histórico, em nossa controvérsia. *Não se trata de história, mas sim de poesia, e romance de ficção*. Outro deslize do Sr. Athos é aconselhar a maneira de voltar ao passado. Quem deseja voltar ao passado em literatura? Porque misturou os historiadores na discussão, você que tem horror aos entreveiros?! É necessário que o meu amigo saiba que estudo de história não é literatura regional. É coisa muito diferente. É ciência. (NETTO, 1932c, p. 2, grifo meu)

Por que misturar os historiadores na discussão? Também cabe a nós esse questionamento. Seria porque no contexto da escrita damasceana a história surgia com força como orientadora das narrativas de interpretação da nação e, portanto, da região?

As considerações de Paul Ricoeur (2007) auxiliam na compreensão da proposição de Damasceno para um “mergulho na história”. Uma das características da *operação historiográfica*<sup>54</sup>, segundo Ricoeur, é a pretensão à verdade que confere ao conhecimento histórico seu afastamento com relação à ficção<sup>55</sup>. Para legitimar o modelo de região que almejava, construído em diálogo com seus contemporâneos, Damasceno entendeu que a história era a melhor opção. A busca pela verdade inerente à história, sua *visada referencial*, justificaria, mais do que a ficção da literatura, uma reordenação de valores do passado regional e a atualização de temas da pesquisa. Seria reconfigurada, assim, por meio de um processo de (re) escrita da história, outra imagem do passado (e do futuro) da região.

A insistência em “mergulhar” na história, porém, é também tributária de outras discussões desenvolvidas a partir do contexto intelectual dos autores, uma vez que, segundo Nedel (2005), a oscilação entre o particularismo romântico (no caso da literatura) e o

<sup>54</sup> À semelhança da explicação de Michel de Certeau (1982), para Paul Ricoeur (2007) a constituição do conhecimento histórico se dá por meio de uma operação composta por três fases: a *fase de documental*, onde ocorre a seleção e análise de vestígios e temos a figura do testemunho (daqueles que declaram ter se encontrado no local onde as coisas aconteceram), a fase *explicativa/compreensiva*, na qual se dá a mediação de um esquema de explicação/compreensão, e da representação historiadora *escriturária ou literária* que seria a aquisição de uma forma textual definitiva.

<sup>55</sup> O autor enfatiza na *operação historiográfica* a visada referencial da história. A referência, aqui, remete à exterioridade do discurso e é a partir dela que conhecimento histórico se caracteriza pela busca da verdade. A especificidade da referencialidade em regime historiográfico deve “transitar pela prova documental, pela explicação causal/final e pela composição literária. Tal arcabouço tríplice continua a ser o segredo do conhecimento histórico” (RICOEUR, 2007, p. 263).

universalismo iluminista (história) permeou o modo como os saberes de conteúdo etnológico foram concebidos entre a fase inaugural de invenção dos atributos típicos *regionais* até os anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. Estas questões serão abordadas no subcapítulo que segue.

### 3.2 A construção da imagem do Rio Grande do Sul entre a História e a Literatura

Como vimos, Athos Damasceno Ferreira advogou uma ressemantização do regionalismo, o que exigia um deslocamento da produção regionalista no Rio Grande do Sul. A ressemantização visava contemplar as diversas regiões do estado naquilo que se denominava *literatura regionalista*. O deslocamento, por sua vez, previa um enfoque de produções sobre o passado sul-rio-grandense na área da história. Tendo iniciado a contenda a partir da “descrença” do autor em relação ao que se produzia na área da literatura até a década de 1930 sob o viés do regionalismo, o seu término coloca o problema da construção da imagem do Rio Grande do Sul entre a produção histórica e literária. Talvez esteja em questão o papel da história e da literatura no contexto de então. Para Athos, estudar a história do estado levaria à verdade, à essência da nossa formação. A literatura até o momento só havia “fantasiado”: não refletia a realidade do gaúcho. As interpretações do autor levam a crer que, uma vez atentos à narrativa da história sobre o passado do Rio Grande do Sul, os literatos poderiam se libertar das palavras inócuas repetidas e “batidas”, para então produzir uma obra autêntica sobre o passado do estado. Obra esta que teria uma realidade correspondente, já que inspirada por uma produção “científica”, verídica, de história, afinal. Aí está a explicação da convocação para o mergulho na história. Ele permitiria banhar-se na *verdade* sobre o passado do estado.

Damasceno buscou afirmar a viabilidade da utilização da região colonial e urbana como temas também de *ficção*. Estas regiões poderiam inspirar tanto romances e poesias sobre o passado quanto sobre o presente. Era uma região prenhe de possibilidades, esperando que os literatos lhes dessem significados a fim de conformar a imagem da região diante de si mesma e do país. Restava mergulhar na história para perceber que o passado do Rio Grande do Sul não dizia respeito apenas ao “centauro dos pampas”: esta era a verdade a ser descoberta. Outros homens também lutaram e viveram fora da região da Campanha e, ainda assim, dentro do Rio Grande do Sul. Era preciso dar visibilidade a eles.

Na lógica da escrita de Athos, em 1932 fazia-se necessário *encarar os fatos brasileiros com propriedade e equilíbrio*. Repito aqui algumas frases da citação transcrita acima, em

razão da necessidade de retomá-la a partir de agora. Segundo Damasceno, o regionalismo havia deixado de ser um caso *meramente literário* para interessar e implicar “outros problemas que precisamos resolver, *definindo a nossa posição claramente em relação ao Brasil.*” (DAMASCENO FERREIRA, 1932b, p. 3, grifos meus).

Para Netto estas sustentações denotam “fuga ao tema”, uma vez que o poeta continuou seus textos à revelia da introdução da área da História na discussão. O que lhe interessava desde o início eram os ataques de Damasceno à Literatura, sobretudo à poesia gauchesca, da qual ele foi um dos expoentes em seu tempo. A nós, cabe pensar um pouco além: transformar a produção literária e buscar no conhecimento histórico a verdade sobre o passado do estado era a maneira de *encarar os fatos brasileiros com propriedade e equilíbrio*. Esta é a alternativa que Damasceno coloca. Assim seria possível definir a posição dos sul-riograndenses em relação ao Brasil, por meio daquilo que a produção na área da História vinha afirmando. Sendo assim, cabe a pergunta: o que a área da História vinha enfatizando sobre o passado da região?

De acordo com Nedel (2004), a perspectiva do registro ligado ao conhecimento histórico, a região era submetida às percepções do centro do país: as monografias esquadrihavam o território, sua população, o surgimento das cidades, a origem dos topônimos, a especialização econômica, sempre tentando inscrever a região na história nacional. O gaúcho retratado pela História relaciona-se com o agente da conquista, associação que obscurece o presumido caráter “anônimo” e “espontâneo” de suas criações. Deslocado da estância para a caserna, o herói civilizador desvinculou-se do estereótipo do bom selvagem, e passou a constar no rol nominado e nobiliárquico dos desbravadores luso-brasileiros, e não raro republicanos, que povoam o panteão político local. Esta forma de representação se deve ao fato de que, entre 1870-1935, houve uma tradição na produção regionalista no estado<sup>56</sup> que se expressou na presença de uma tensão permanente entre dois registros sob os quais as elites

---

<sup>56</sup> O despertar para a particularidade cultural sulina emergiu na fenda das lutas partidárias no final do século XIX e início do XX. Foram formuladas, então, as grandes questões sobre as quais os historiadores se debruçariam até pelo menos os anos 1960. A denúncia federativista havia sido proclamada pelos abolicionistas e republicanos num momento de crise e de profundas transformações econômicas na província. Segundo Love (1975) os gaúchos levantaram ansiosamente a denúncia nos termos do clamor de 1870, “Centralização-desmembramento. Descentralização-unidade”, palavra de ordem, que, mais tarde, passou a figurar no próprio lema do jornal do partido, *A Federação*. Alguns chegavam até a sugerir a separação de sua província do resto do Brasil, caso não se introduzisse uma República Federativa. Nas primeiras décadas do século seguinte, o binômio foi transferido para a agenda cultural. Conforme Nedel (2005), tendo sido traduzido em bandeira de descentralização intelectual do país, o lema abasteceu um mercado de bens culturais regionais, incrementando uma tradição histórico-literária específica na qual se projetaram as linhagens locais de reconhecimento intelectual.

culturais definiram a posição-limite do estado no todo da nação: um ligado às representações associadas à história e outro àquelas ligadas à literatura.

O primeiro deles privilegia a identificação de um sujeito *folk* – herói anônimo e autóctone – associado ao mundo rural, à condição de rebaixamento social e à intimidade com o meio físico. Compreende a delimitação da singularidade do Rio Grande e na sua aproximação com a gauchesca platina, através da exploração literária da linguagem “dialetal” da fronteira, sobretudo a partir dos anos vinte. Já sob o segundo registro, ligado à história vinculada à história-monumento e alimentado pelas incursões documentais, os aspectos da linguagem e cotidianos do “gaúcho” são secundários. O foco de atenção desviou-se do terreno da linguagem e dos costumes para o da geopolítica, especialmente para os “vai-e-vens” de Portugal e Espanha sobre o Rio Grande de São Pedro<sup>57</sup>.

Tendo em vista essas possíveis demarcações, é plausível compreendermos o elogio de Damasceno à biografia de Júlio de Castilhos, escrita por Othelo Rosa, bem como a justificativa de Netto sobre a existência do regionalismo no Rio Grande do Sul pelo “determinismo histórico”, sem “culpa” de ninguém, como sendo sintomáticos da existência dos dois tipos de registros sobre a escrita sobre o gaúcho: a histórica (Damasceno) e a literária (Netto).

O intelectual Athos Damasceno afirmou que seus contemporâneos deveriam estar inteirados da responsabilidade que tanto pesava sobre seus ombros. Esta responsabilidade era mostrar ao Brasil um Rio Grande urbanizado, intelectualizado e, sobretudo, portador da tão questionada brasilidade.

### 3.3 Sul-rio-grandense: luso-brasileiro ou platino?

Athos Damasceno (1932c) ao afirmar que estaria encerrada a literatura regionalista do Rio Grande do Sul introduz a discussão sobre as origens do gaúcho. Como afirma Nedel (2004, p.367) “o discurso das origens [...] formou o repertório dos clássicos publicados no Rio

---

<sup>57</sup> A autora também refere a noção de *autenticidade e veracidade* em relação à produção ligada à História: “No primeiro caso, as hierarquias de autores organizam-se em torno do cânone literário regionalista, situado entre a inovação e a repetição de modelos estéticos consagrados. No segundo caso, o critério de “autenticidade” das narrativas tem procedência diversa. O juízo repousa, para todos os efeitos, em um domínio diagnóstico definidor da “verdade extraída” de registros oficiais, relativos a eventos e personagens que sintetizariam a contribuição gaúcha para a construção do Estado brasileiro. Desse modo, e diferentemente da ênfase singularizante da literatura, a vinculação pragmática da matriz histórica com o campo institucional é mais imediata, expressando-se tanto na recolha das efemérides quanto no conteúdo dos relatos. (Nedel, 2004, p.359, grifos meus)

Grande do Sul, e a dramaticidade com que os autores tentaram resolver a ambigüidade identitária do estado talvez só seja comparável ao bem conhecido dilema racial brasileiro.”

A visão enaltecedora do gaúcho<sup>58</sup> foi forjada no final do século XIX e esteve marcada pela mobilização pró-republicana e federativista. Desse modo, é imprescindível a compreensão das motivações políticas em jogo no decurso da reestruturação da figura do gaúcho. Na historiografia do período configurou-se uma matriz interpretativa “platinista”<sup>59</sup> acerca das “origens” do estado. Tal tendência buscava fundamentar as demandas políticas do governo estadual republicano apresentando-as como o acabamento final das divergências entre o estado e o Brasil. Entretanto, a excessiva ênfase dada à autonomia e ao isolacionismo logo apresentou efeitos politicamente negativos às elites políticas locais. O principal deles foi contribuir à fundamentação do estigma imputado ao Rio Grande do Sul de “corpo estranho à nação”, por pensadores do centro do país, como por exemplo José Veríssimo, autor da expressão. Em razão disso, nos anos vinte começaram a se impor as primeiras revisões, que tinham como alguns expoentes Souza Doca e Othelo Rosa. Diferentemente da época castilhista, marcada pelo isolacionismo, nos anos vinte o Partido Republicano Rio-grandense buscava a integração<sup>60</sup> entre a parte e o todo. Os autores lusitanistas, atentos a esses imperativos, contribuíram para constituir a visão de que, sendo o Rio Grande do Sul o “guardião do território nacional”, ele era também o mais brasileiro dos estados, o único em condições *morais* de marchar para a projeção política nacional.

Na polêmica aqui analisada percebe-se a presença da referida ambigüidade identitária do gaúcho. Vargas Netto optou pelo platinismo. Athos, pelo lusitanismo. Ao mencionar a existência de um gaúcho “*tipo padrão da raça*”, que não devia ser confundido com o seu par estrangeiro “*o gaúcho fronteirista geralmente mais parecido com o argentino ou uruguaio do que com o nosso...*” (DAMASCENO FERREIRA, 1932c, p. 3, grifo meu) Damasceno lança a questão da divergência das “origens”.

---

<sup>58</sup> No final do século XVIII a palavra *gaúcho* assumia significados pejorativos tais como bandido, bandoleiro, contrabandista e fora-da-lei. A figura hoje emblemática se ocupava com o contrabando de metais, gado e couros, pertencendo, em geral, a grupos para-militares. Cem anos depois, a palavra é retomada e aparece na memória literária do Rio Grande do Sul com a dignidade e a glória que jamais tivera. Ver Nedel (2001)

<sup>59</sup> As expressões “lusitanistas” e “platinistas” são de Ieda Gutfríeind (1998). Elas serão utilizadas de modo parcial, de modo que, partindo da existência desses dois grupos na historiografia regional do final do século XIX e início do XX, opto por interpretá-los a partir da proposta de Letícia Nedel (1999, 2005). A autora compreende o discurso enunciado a partir desses grupos como uma tentativa de “enquadramento” de uma memória oficial.

<sup>60</sup> De acordo com Love, entre 1882 e 1908 o Rio Grande do Sul esteve mais voltado para o seu desenvolvimento interno. A investida integracionista que ocorreu a partir de 1909 pode ser entendida em função das crescentes aspirações do estado ao poder central.

Na réplica de Vargas Netto (1932c) aparece, sobretudo, um exame da afirmação de Damasceno evidenciada no trecho acima transcrito. “Essa advertência é lamentável sob todos os aspectos...!” (NETTO, p.2). Para contestá-la Netto historiciza o termo gaúcho reivindicando, então, a sua origem *fronteirista e missioneira*.<sup>61</sup> O excerto que segue demonstra tal reivindicação.

Antigamente o homem gaúcho era quase o mesmo no Prata e aqui. Formou-se pela cruz de espanhóis e portugueses, que traziam um lastro mouro com a descendência indígena [...]. No Rio Grande, os gaúchos sempre foram os homens da *fronteira*, que perambulavam nos municípios da linha divisória. Os outros homens do Rio Grande não eram os chamados gaúchos. Aí está o erro de observação do meu amigo. Os habitantes da serra eram os “birivas”, o do litoral eram os “para-areia”, que não se podem confundir com os “cabeludos” e papa-piávas, nos arredores de Porto Alegre. Com o tempo, devido às façanhas e as histórias lendárias *dos gaúchos fronteiristas e os missioneiros*, os outros habitantes rurais foram se adjudicando o qualificativo de – gaúcho, que já era sinônimo de cavalheiro – e hoje o das cidades também adotaram o qualificativo, que não lhes pertencia. (NETTO, 1932c, p. 2, grifos meus)

Damasceno (1932d, p.3) investiu na discussão sobre as diferenças entre o gaúcho platino e o luso-brasileiro, uma vez que “pretender que os gaúchos sejam só os fronteiristas é tolice grossa que atenta, de modo chocante, contra as linhas mais gerais da nossa formação social.” O autor cita Apolinário Porto-Alegre, quando este afirma que sendo descendentes de “portugueses, paulistas e índios, os gaúchos são encontrados no norte, no centro e nas populações ribeirinhas do estado, dos quais foram apartando-se com o tempo e tomando a direção da fronteira.” (PORTO-ALEGRE apud DAMASCENO FERREIRA, 1932d, p.3). O tom é de depreciação do gaúcho platino e a exaltação do luso-brasileiro. Aparece aqui a noção de documento-monumento (LE GOFF, 1990), tão em voga no período, quando Athos desmerece seu adversário por este não citar as fontes nas quais embasa sua argumentação:

Ninguém, lealmente, poderá negar que o nosso gaúcho fronteirista sofre notável influência dos gaúchos do Prata. Mais expansivos, menos prudentes, amigos dos gestos largos e das reuniões ruidosas, amantes das pratarias que

<sup>61</sup> Sobre o território das Missões, é interessante remeter à contenda em torno do “caso Sepé” (1956). O debate ocorreu entre dois sócios conhecidos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Moysés Velhinho e Mansuetto Bernardi e julgava a conveniência em se erguer um monumento aos 200 anos de morte do guarani reduzido Sepé Tiaraju. De acordo com Nedel (2004), na contenda aparecem duas posições divergentes quanto ao “peso” das Missões na configuração da memória oficial sul-rio-grandense, bem como à pertinência de integrar esse período controverso de formação do estado aos quadros da história local. A partir da discussão em torno do papel cabido a Sepé é possível se pensar na relação recíproca mantida entre História e memória na elaboração de certas propriedades “típicas” da região em frente à formação nacional brasileira e às demais partes do conjunto. Nesse sentido, é plausível observar sua relação com a polêmica Athos/Vargas, uma vez que a discussão também passa pela definição da memória oficial do estado e pela necessidade de oferecer um diagnóstico da “origem” – portuguesa ou espanhola? – do gaúcho.

ostentam com luxo nos próprios apêros – neles parece predominar o sangue espanhol e não português, a que devemos o nosso equilíbrio moral, a nossa bravura contida e o nosso desprendimento sem alardes... [...] Diz o meu amigo que os nossos gaúchos “sempre” foram unicamente os homens da fronteira. Mas em que se baseia para dizer semelhante tolice? Simplesmente na sua abalissadíssima opinião pessoal. (DAMASCENO FERREIRA, 1932d, p. 3)

Entendendo que não cabe aqui reprovar ou corroborar um ou outro posicionamento contestando a correspondência fática da caracterização atribuída pelos polemistas ao gaúcho, gostaria de abordar este último ponto da polêmica a partir da perspectiva de que está em questão uma disputa de memória<sup>62</sup> para definir as origens da tão mencionada figura.

No discurso de Damasceno, o gaúcho, um luso-brasileiro por excelência, herdou dos portugueses o *equilíbrio moral* e a *bravura contida*, enquanto que aquele gaúcho da fronteira, mais expansivo e menos prudente, deveria suas características depreciativas ao sangue espanhol. Em conformidade com os posicionamentos sustentados pelo autor ao longo de toda a polêmica, esta é mais uma ocasião em que ele marca a defesa da brasilidade do gaúcho por meio de sua origem portuguesa. O tema esteve presente tanto nos debates literários quanto naqueles círculos preocupados com a produção em História. Conforme Nedel (2004), os historiadores se apropriaram da personagem do gaúcho segundo critérios adequados às finalidades essencialmente políticas de uma disciplina criada a serviço da memória nacional. “Ciência sagrada”, “reserva moral da sociedade”, a história manejada por uma academia de eruditos, responsáveis pelo arrolamento das efemérides constantes no calendário cívico, detinha a função de mostrar a grandeza cultural do Rio Grande frente aos estados mais poderosos da federação.

Nesse sentido, o IHGRS<sup>63</sup> foi criado para unir esforços, a fim de apresentar aos demais estados brasileiros um livro sobre vida do estado. Tratava-se de criar para o Rio Grande um passado digno de figurar nos anais da história nacional. Sendo assim, o gaúcho “sentinela do

<sup>62</sup> Pollack (1992), ao retomar as considerações de Maurice Halbwachs, afirma que apesar de a memória parecer, *a priori*, um fenômeno individual, é necessário entendê-la também “como um fenômeno coletivo ou social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações [...]” (POLLAK, 1992, p. 201). Além de fenômeno coletivo, a memória também pode ser caracterizada como *seletiva* e passível de mudanças constantes que podem ocorrer em função do momento em que ela é articulada. Sendo assim, as preocupações do momento constituem um elemento estruturante da memória.

<sup>63</sup> Com relação a atuação do Instituto Histórico Nedel afirma: “[...] o patrulhamento exercido dentro do IHGRS sobre a historiografia respondia ao velho desafio de construir uma memória histórica integradora para um estado secessionista e tardiamente incorporado ao domínio português, como o Rio Grande do Sul. Tratava-se, então, primeiramente, de “provar” sua lusitanidade, realçando a participação de “gaúchos” na expulsão dos invasores castelhanos de Rio Pardo e Rio Grande, nas guerras Cisplatina e do Paraguai. O segundo passo era transmutar os ímpetus autonomistas da rebelião farroupilha em “ideais de liberdade” supostamente herdados da própria progênie lusitana.” (NEDEL, 2005, p.125)



Brasil” foi forjado ao mesmo tempo como o móvel da conquista luso-brasileira do território mais ao Sul do Brasil e o baluarte de resistência à ameaça vinda, não da metrópole, mas da fronteira – ou seja, como escudo ao risco de contaminação anárquica, caudilhista e fragmentária que esta representava. O elogio de Damasceno ao trabalho do Instituto Histórico e Geográfico local ganha sentido a partir do conhecimento da atuação da instituição.

Para pensarmos na polêmica enquanto uma disputa de memória e a relação disso com o que ambos os autores pretendiam, é interessante destacar aqui que a *memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, na medida em que ela é um fator extremamente importante da ideia de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992). Assim, fazia-se necessário, nos anos 1930, afirmar uma memória luso-brasileira, no caso de Damasceno, a fim constituir uma identidade que legitimasse a figura do gaúcho brasileiro<sup>64</sup>.

Em relação à argumentação de Athos, também é importante considerar que a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros: “memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo” (POLLAK, 1992, P. 204). Parece claro que os *outros* de seu discurso eram os vizinhos do Prata.

Postas as coisas desta maneira, diante da controvérsia envolvendo as origens do gaúcho, parece ser possível inserir a polêmica no processo de “enquadramento”<sup>65</sup> da memória oficial sobre o passado do estado. Fez parte deste enquadramento a construção ideal do gaúcho e das propriedades da região, tendo ela adquirido feições de perenidade, naturalidade e um potencial significativo de adesão subjetiva entre diferentes grupos e áreas do estado. A atualidade do fenômeno regionalista me parece tributária da naturalização de alguns destes discursos.

---

<sup>64</sup> Tendo em vista que as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória, há muito sentido na afirmação de Pollak (1992), segundo a qual, quando se procura enquadrar a memória nacional – e neste caso podemos pensar também na memória regional – por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política: “A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo”. (p. 203)

<sup>65</sup> O *trabalho de enquadramento da memória* é um conceito forjado por Michael Pollak (1992) para referir-se ao trabalho, parcialmente realizado pelos historiadores, de enquadramento da memória. O autor sugere que esta tenha sido a função dos historiadores no século XIX visando à formação de uma história nacional. Esse *trabalho* pode ser analisado em termos de *investimento*. Parece-me que no caso do Rio Grande do Sul, como já sugerido por Nedel (2005), os intelectuais tomaram essa tarefa para si. A polêmica sobre a criação ou não de um monumento a Sepé Tiaraju (ver nota 61) seria um exemplo de investimento visando o enquadramento da memória coletiva do Rio Grande do Sul.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi observado ao longo desta monografia, é possível sugerir algumas respostas para os problemas que foram propostos. As reflexões dos autores sobre o regionalismo estiveram diluídas em cinco temas principais: 1. A defesa de uma ressemantização do regionalismo literário sul-rio-grandense por Athos Damasceno; 2. A discussão sobre o caráter urbano ou rural do gaúcho dos anos 1930; 3. A proposição de Damasceno por uma produção regionalista com ênfase na pesquisa histórica; 4. A função que a história e a literatura ocuparam em cada uma das versões e, por fim, 5. As origens que os polemistas reivindicaram para a figura do gaúcho.

Athos Damasceno defendeu a ressemantização do regionalismo enquanto categoria aplicada à produção literária sul-rio-grandense. Para o autor, deveria ser inserida na classificação “literatura regionalista” toda a produção de ficção que tivesse por objeto o Rio Grande do Sul. Isso inclui a inserção da zona colonial e das regiões urbanizadas do estado (especialmente Porto Alegre). O autor, atento à incipiente industrialização e urbanização do estado, sustentou o caráter urbano do gaúcho no presente de sua escrita. Dessa forma, não tinha sentido uma literatura “de saudade” que só estava voltada para a região da Campanha. Era necessário descobrir o imigrante e a vida na cidade. Para Vargas Netto, *regionalista* era apenas a literatura que tinha como inspiração a região da Campanha, embora acreditasse que o Rio Grande do Sul era composto “pelo conjunto”. Ambos os autores travaram uma *luta simbólica* (BOURDIEU, 2000) pela definição daquilo que seria o regionalismo sul-rio-grandense. Em relação ao caráter do gaúcho, Netto afirmou seu aspecto rural, compreendendo-o como ainda heroico e guerreiro, a maneira do outrora denominado “centauro dos pampas”.

Os polemistas também divergiram com relação às “origens” do gaúcho. Damasceno enfatizou sua descendência de portugueses, enquanto Netto sustentou uma influência espanhola, em simetria com os países vizinhos da região platina. Nesse sentido, a polêmica esteve inserida no processo de “enquadramento” da memória oficial, visando à conformação da história regional.

Damasceno, por seu turno, propôs uma produção regionalista que “mergulhasse” na História. Esta proposta esteve embasada numa noção de que o conhecimento histórico era o mesmo que a *verdade*. O mergulhador, então, se banharia nas águas da verdade. Ao emergir, poderia escrever seus romances ou pesquisas sobre outras regiões do estado que não unicamente a Campanha. Também foi observado que o discurso de Damasceno esteve em

consonância com os debates realizados em seu tempo sobre a existência de dois registros sobre o passado do estado: um realizado por boa parte dos historiadores, outro por um número expressivo de literatos. Àquele ligado aos historiadores, ao qual Athos foi por mim associado, teria como uma das suas funções afirmar a brasilidade do Rio Grande do Sul. À versão ligada aos literatos pareceu estar vinculado Vargas Netto, uma vez que destacava uma similaridade do gaúcho sul-rio-grandense com o seu par platino. Assim sendo, sua funcionalidade era afirmar as diferenças em relação ao Brasil.

O papel do regionalismo nas representações do estado construídas pelos historiadores (e também literatos), para Damasceno, era o de afirmar as semelhanças da parte com o todo. O regionalismo poderia contribuir, assim, para a conformação da nacionalidade.

O Rio Grande do Sul deveria ser representado frente à nação brasileira como *locus* do incipiente progresso e dos intelectuais. A diversidade de regiões que compunham o estado deveria ser ressaltada nas representações produzidas por seus intelectuais. Dessa forma, poderia haver uma homologia entre região e nação. À semelhança do regionalismo francês, analisado por Anne-Marie Thiesse (1995), o pertencimento à região defendido por Damasceno atuou como consolidador da identidade nacional, não se desenvolvendo em oposição a ela. Concluo, por fim, que o posicionamento de Damasceno no debate reflete uma preocupação regional (que certamente o precede) e nacional de redefinição do regionalismo para tornar possível uma explicação da nação.

## REFERÊNCIAS

Fontes primárias

Periódicos: 1. Jornal *Correio do Povo* 2. Jornal *A Federação*.

1. FERREIRA, Athos Damasceno. “Regionalismo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29 de jun., 1932a, p. 3, editoriais.

\_\_\_\_\_. “Regionalismo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 7 jul., 1932b, p. 3.

\_\_\_\_\_. “Regionalismo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 jul., 1932c, p. 3.

\_\_\_\_\_. “À Margem do Regionalismo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 jul., 1932d, p.3.

2. NETTO, Manuel Vargas. Regionalismo. *A Federação*, Porto Alegre, 1 jul., 1932a, p. 3.

\_\_\_\_\_. “Regionalismo...” *A Federação*, Porto Alegre, 8 jul. 1932b, p. 3.

\_\_\_\_\_. “Regionalismo...” *A Federação*, Porto Alegre, 18 jul. 1932c, p. 3.

\_\_\_\_\_. “Regionalismo...” *A Federação*, Porto Alegre, 02 agost. 1932d, p. 3.

3. VASCONCELLOS, José Barros de. “Regionalismo ou gauchismo?” *A federação*, Porto Alegre, 27 jul., 1932, p. 3.

II. Periódicos. 1. *Revista Máscara* 2. *Revista do Globo*.

1. Sem autor especificado. “Que fazer, então, das nossas pitorescas aldeias coloniais?” *Revista Máscara*, set. de 1925. Sem numeração de páginas.

Sem autor especificado. “O Sr. Marinetti, pontífice máximo do futurismo virá ao Brasil”. *Revista Máscara*, out. de 1925. Sem numeração de páginas.

2. FERREIRA, Athos Damasceno. “Graça Aranha e o Movimento Modernista Brasileiro”. *Revista do Globo*, 1931, v. 3, n° 54, 14 de fev.

## BIBLIOGRAFIA FINAL

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2º ed. Recife: FJN, Ed. Massaranga; São Paulo: Cortez, 2001.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BACELLAR, Carlos. “Uso e mau uso dos arquivos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 3. Ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 107-132.

CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CORADINI, Odaci Luís. “As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 32, 2003, p. 125-144.

CRUZ, Heloisa de Faria Cruz; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

DILLEMBURG, Sérgio Roberto. *Quatro publicações do jornalismo Rio-grandense*. Nova Petrópolis: Ed. Amstad. (Sem data)

FISCHER, Luís Augusto. “A Era Érico e depois”. In: GOLIN, Tau (Coord.); BOEIRA, Nelson (Coord.); GERTZ, René (Dir.). *República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1964)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 427-447.

\_\_\_\_\_. *Um passado pela frente*. Porto Alegre, UFRGS, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Editora da Universidade/UFRGS, 1988, pp. 172-173.

GOMES, Ângela de Castro. “História, Ciência e historiadores na Primeira República”. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto. *Ciência, Civilização e República nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010. p. 11-30.

GOUVÊA, Paulo de. *O Grupo: outras figuras – outras paisagens*. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1976.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido”. *História em Revista*, Pelotas, v. 6, p. 21-36, dez. 2000.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. 2. Ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

GRIJÓ, Luiz Alberto. “Entre a barbárie e a civilização: os conflitos armados no período republicano.” In: *O Continente em Armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo Santos (Orgs.). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese de doutorado, 2004. p. 11-23.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. *Regionalismo e Modernismo (o “caso” gaúcho)*. São Paulo: Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. “Campo e Cidade em O Retrato”. *Leituras Cruzadas: diálogos da história com a literatura*. PESAVENTO, Sandra (Org.) Ed. UFRGS, 2000. p. 49-72.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACIEL, Maria Eunice de Souza. *Bailões, é disto que o povo gosta: análise de uma prática cultural de classes populares no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1984. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984.

\_\_\_\_\_. “Gauchismo, tradição e tradicionalismo”. *Cadernos IHU idéias*, São Leopoldo, n.87, p. 1-26, out. 2007.

MACHADO, José Antônio Pinheiro. *Breno Caldas, Meio Século de Correio do Povo: Glória e agonia de um grande jornal*. Porto Alegre. L&PM, 1987.

MARTINS, Ary. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Instituto Estadual do Livro, 1978.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: História e memórias da cidade*. EDIPUCRS, 2006.

MORAES, Eduardo Jardim de. “Modernismo revisitado”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 220-238, 1988.

*Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa: 30 anos*. Porto Alegre, CORAG, 2005.

NEDEL, Letícia. “Regionalismo, Historiografia e Memória: Sepé Tiaraju em dois tempos”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.347-389, jan./dez. 2004

\_\_\_\_\_. *Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul*. Brasília, 2005. Tese (Doutorado em História). ICH, Universidade de Brasília – UnB, 2005.

\_\_\_\_\_. “A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul”. *Mana*, 13(1), 2007, p. 85-118.

\_\_\_\_\_. “Caudilhismo, não! O Papel da História linear na composição mítica do gaúcho: 1880-1938.” *Em Tempo de História*, Brasília, n. 5, ano 5, 2001, p. 79-105.

NICOLLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós- Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

OLIVEN, Ruben G. “O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação contraditória”. In: \_\_\_\_\_. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992. Cap. 3, p. 47-68.

\_\_\_\_\_. “São Paulo, o Nordeste e o Rio Grande do Sul”. *Ensaaios FEE*, Porto Alegre, n.14, p.397-409, 1993.

Pécaut, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PESAVENTO, Sandra. “A invenção da sociedade gaúcha”. *Ensaaios FEE*, Porto Alegre, (14) 2: 383:396, 1993.

POLLACK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

REICHEL, Heloísa. “A identidade sul-rio-grandense no Imaginário de Érico Veríssimo”. In: GONÇALVES, Robson Pereira. *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria: UFSM; Bauru, SP: EDUSC, 2000, pp. 207-218.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *Da crítica à história: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação 1925 a 1964*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

RÜDIGER, Francisco. “Cotidiano, Mídia e Indústria Cultural: Modernidade e Tradicionalismo, dos anos 1930 à atualidade”. In. *República – da Revolução de 30 a Ditadura Militar (1930 – 1985)*/ I. GOLIN, Tau (Coord.) II BOEIRA, Nelson (Coord.) III GERTZ, René (Dir.). Passo Fundo, Editora Méritos, 2007, p. 355-386

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Rio Grande do Sul – Do Rural ao urbano: Demografia, Migrações e Urbanização (1930-1985). In. *República – da Revolução de 30 a Ditadura Militar (1930 – 1985)*/ I. GOLIN, Tau (Coord.) II BOEIRA, Nelson (Coord.) III GERTZ, René (Dir.). Passo Fundo, Editora Méritos, 2007, p. 291-311.

THIESSE, Anne-Marie. “La petite patrie enclose dans la grande: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940)”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 8 nº 15, 1995.

THIESSE, Anne-Marie. “Ficções criadoras: as identidades nacionais”. *Anos 90, Porto Alegre*: nº 15, 2001/2002.

TOSTES, Theodemiro. *Nosso Bairro: memórias*. Fundação Paulo do Couto e Silva, Porto Alegre, 1989.

VERÍSSIMO, Érico. “Mensagem semafórica”. Correspondência passiva. *Arquivo Athos Damasceno Ferreira*, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1968.

\_\_\_\_\_. *Um Certo Henrique Bertaso*. Porto Alegre: Globo, 1973.

VIANNA, Carla Cristiane Martins. *Augusto Meyer no sistema literário dos anos vinte: poesia, memória e polêmica*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2006.